



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: NOVAS SOLUÇÕES PARA A ZONA INDUSTRIAL DE ALCÂNTARA
Sustentabilidade Social das Áreas Urbanas – Diálogo Intergeracional

Manuel Maria Dentinho Anjos

(Licenciado)

Projecto para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Orientador Científico: Professor Doutor Pedro Ravara

Co-Orientador Científico: Professora Doutora Graça Moreira

Júri:

Presidente: Professor Doutor José Afonso

Vogal: Professor Doutor Paulo Seródio Lopes

Vogal: Professor Doutor Pedro Belo Ravara

Vogal: Professora Doutora Graça Moreira

Lisboa, FAUTL, Novembro de 2013

Construir no Construído: Nova Soluções para a Zona Industrial de Alcântara
Sustentabilidade Social das Áreas Urbanas – Diálogo Intergeracional

Manuel Maria Dentinho Anjos (Licenciado)

Orientador Científico: Prof. Doutor Pedro Belo Ravara

Co-Orientador Científico: Prof. Doutora Maria da Graça Santos Antunes Moreira

Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura de Lisboa

Novembro de 2013

Resumo

A presente dissertação desenvolve uma análise da cidade, reflectindo sobre a natureza da sua génese enquanto habitat construído pelo Homem, onde este procura atingir condições de vida ideais. Entendendo a cidade como um organismo vivo, procura-se com este trabalho, compreender o modo como este sistema complexo se transforma, atendendo às principais determinantes do bem-estar, a segurança e a saúde, face aos sucessivos desafios impostos pela evolução da sociedade, cuja capacidade de resposta determina o estado de saúde das cidades.

A partir da descrição da evolução dos conceitos dos principais condicionantes do bem-estar, sobretudo com o advento da revolução industrial, procura-se ao longo deste trabalho compreender a forma como a sociedade, e subsequentemente, as cidades, se adaptaram aos desafios e problemas inerentes ao processo de evolução civilizacional.

Neste trabalho, procura-se então, abordar os desafios que hoje se colocam às cidades, dada a transformação da sociedade verificada ao longo dos últimos anos, nomeadamente, face ao fenómeno do envelhecimento populacional, ao crescimento das áreas urbanas, e ao desenvolvimento de novos modelos utópicos de cidade, tal como o caso do conceito de Cidade Saudável.

A apresentação de uma nova proposta de um projecto de arquitectura para a antiga zona industrial de Alcântara feita neste trabalho, tem por objectivo desenvolver, a partir da reflexão sobre os temas teóricos enunciados, a criação de novos espaços e soluções construtivas que visem contribuir para a regeneração urbana, para o desenvolvimento sustentável do território, bem como para a aproximação das condições de vida idealizadas. Deste modo se justifica a proposta de arquitectura apresentada, que consiste na construção de um novo equipamento colectivo, um novo centro social que reúna no mesmo espaço várias funções, atendendo à necessidade de criação de condições que propiciem a sustentabilidade social, através da promoção do diálogo intergeracional, do envelhecimento activo, e de outras práticas que contribuam para a maximização das potencialidades dos indivíduos em contexto urbano.

Palavras-Chave: Saúde, Segurança, Bem-Estar, Cidades Saudáveis, Envelhecimento Activo.

Building the Built: New Solutions for the Old Industrial Area in Alcântara
Social Sustainability of Urban Areas – Intergeracional Dialogue

Manuel Maria Dentinho Anjos (Licenciado)

Orientador Científico: Prof. Doutor Pedro Belo Ravara

Co-Orientador Científico: Prof. Doutora Maria da Graça Santos Antunes Moreira

Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura de Lisboa

November, 2013

Abstract

This thesis develops an analysis of the city, reflecting on the nature of its genesis as a habitat built by man, where it seeks to achieve ideal living conditions. Understanding the city as a living organism, looking up with this work, to understand how this complex system becomes, in view of the major determinants of well-being, health and safety, deal with successive challenges posed by the evolution of society, whose responsiveness determines the state of health of cities.

From the description of the evolution of the concepts of the main determinants of well-being, especially with the advent of the industrial revolution, looking along this work to understand how society, and subsequently, the cities have adapted to the challenges and problems inherent to the evolution of civilization.

In this work, we seek to then address the challenges currently posed to the cities, given the transformation of society seen over the past few years, particularly at the phenomenon of population aging and the growth of urban areas, and the development of new models utopian city, such as the concept of healthy city.

The submission of a new proposal for an architectural project for the former industrial area of Alcântara made this work aims to develop, from the theoretical reflection on the themes set out, the creation of new spaces and constructive solutions that aim to help urban regeneration, sustainable development of the territory, and for the approximation of the idealized conditions of life. Thus justified the proposed architecture presented, which involves the construction of a new collective equipment, a new community center that brings together several functions in the same space, attending to the need to create conditions that are conducive to social sustainability by promoting dialogue intergenerational, active aging, and other practices that contribute to maximizing the potential of individuals in an urban context.

Key-words: Health, Security, Welfare, Healthy Cities, Active Ageing

Agradecimentos:

Aos meus professores, pela infinda paciência e sabedoria,

À minha família, por todo o apoio,

Ao meu Pai, sempre presente,

À Maria do Carmo...

Índice Geral

Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice Geral	vii
Índice de Figuras	viii
 Capítulo I - Introdução	 1
 Capítulo II - O Homem e a Cidade	 5
 2.1. A Cidade Como Organismo Vivo.....	7
2.2. Condicionantes da Cidade Ideal.....	8
2.2.1 Segurança.....	9
2.2.2. Saúde.....	11
2.3. Cidade Saudável – Utopia do Século XXI	20
2.3.1.O Movimento Cidades Saudáveis	20
2.3.2. A Agenda 21	21
2.4. Os Habitantes das Cidades.....	23
2.4.1.Envelhecimento Demográfico, Desafio do Século XXI : o Caso da Sociedade Portuguesa	25
2.4.2. Desafios suscitados pelo Envelhecimento Demográfico.....	27
2.4.3.Soluções apontadas para os desafios suscitados pelo Envelhecimento Demográfico	28
2.5.Conclusão de Capítulo	35
 Capítulo III - Construir no Construído: Novas Soluções para a Zona Industrial de Alcântara	 37
 3.1 Justificação da Escolha de Alcântara	37
3.2. O Homem e Alcântara	38
3.2.1. Origens.....	38
3.2.2. Início da industrialização	39
3.2.3. Desafios impostos em Alcântara pela Industrialização	42
3.2.4. Desindustrialização de Alcântara	45
3.2.5. Propostas desenvolvidas para a Zona industrial de Alcântara.....	46
3.3. Análise social e urbana de Alcântara	49

Capítulo IV – Proposta para a antiga zona industrial de Alcântara	53
4.1 Estratégias da Intervenção	53
4.2. Desenho Urbano	54
4.3 Centro Comunitário – Complexo Intergeracional	58
4.3.1 Estrutura Programática	59
4.3.2. Desenho do Edifício	61
Capítulo V – Conclusão	68
Capítulo VI – Bibliografia	72
Capítulo VII – Anexos	73

Índice de Figuras

Figura 1 – Diagrama de exploração de conceitos, imagem do autor, 2013

Figura 2 - *Desenho, por Haussman, de uma nova avenida projectada sobre a malha urbana existente, Paris* in <http://conservapedia.com/images/b/b2/> (Consultado a 12 de Junho de 2013)

Figura 3 - *Familistério de Godin, construído em Guise, 1877*, in <http://www.arquine.com/blog/la-ciudad.radiante/> (consultado a 20 de Junho de 2013)

Figura 4 - *Plano de ampliação da cidade de Barcelona, Cerdá, 1860* in, <http://www.bcnultura.cat/activitas/cerda-i-la-barcelona-del-futur-lexpsicio-del-cccb/> (consultado a 15 de Maio de 2013)

Figura 5 – *Percentagem de População Mundial Urbana, por regiões em 2005 e em 2030* in OMS, Organização Mundial de Saúde (2009); *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*; Fundação Calouste Gulbenkian, p. 4

Figura 6 - *Distribuição percentual da população mundial com 60 ou mais anos, por região em 2006 e em 2050* in OMS, Organização Mundial de Saúde (2009); *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*; Fundação Calouste Gulbenkian, p. 4

Figura 7 – *Determinantes do Envelhecimento Activo* in OMS, Organização Mundial de Saúde (2009); *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*; Fundação Calouste Gulbenkian, p.5

Figura 8 - *Áreas a Considerar numa Cidade Amiga do Idoso* in OMS, Organização Mundial de Saúde (2009); *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*; Fundação Calouste Gulbenkian, p.9

Figura 9 – *Paço Real de Alcântara 1868/69*; Reprodução de desenho aguarelado de Per Maria Balbi que ilustra a obra "*Viaje de Cosme Médicis por España y Portugal*" – Editada em Madrid Lâmina LIV. In Jordão de Freitas (1946); *Paço Real de Alcântara: sua localização – elementos para a sua história desde o domínio Filipino*; Lisboa: Império.

Figura 10 – *Perspectiva do sítio do Calvário, 1679 e 1727*, in Jordão de Freitas (1946); *Paço Real de Alcântara: sua localização – elementos para a sua história desde o domínio Filipino*; Lisboa: Império

Figura 11 – *Planta do sítio do Calvário em 1807*, in Jordão de Freitas (1946); *Paço Real de Alcântara: sua localização – elementos para a sua história desde o domínio Filipino*; Lisboa; Império.

Figura 12 - *Planta da frente ribeirinha de Lisboa entre Alcântara e a Baixa Pombalina em 1807*, in Pedro Brandão (1988); *Lisboa a Cidade e o Rio: Concurso de ideias para a renovação da zona ribeirinha de Lisboa*; Lisboa; Associação dos Arquitectos Portugueses.

Figura 13 - *Planta da frente ribeirinha de Lisboa entre Alcântara e a Baixa Pombalina em 1911*, in Pedro Brandão (1988); *Lisboa a Cidade e o Rio: Concurso de ideias para a renovação da zona ribeirinha de Lisboa*; Lisboa; Associação dos Arquitectos Portugueses.

Figura 14 – *Ortofotomapa de Alcântara*, imagem do autor, 2012

Figura 15 – *Fotografia de maquete da proposta de projecto para Alcântara do Arqt. Álvaro Siza, 2003*
in <http://www.carloscastanheira.pt>

Figura 16 – *Perspectiva da proposta de projecto para Alcântara do Arqt. Sua Kay, 2004*, in
<http://www.suakay.com> (consultado a 20 de Fevereiro de 2013)

Figura 17 – *Fotografia de maquete da proposta de projecto para Alcântara dos arquitectos Frederico Valsassina e Manuel Aires Mateus*, in <http://www.fvarp.com> (consultado a 15 de Março de 2013)

Figura 18 – *Plano de Urbanização de Alcântara, Arqt. Manuel Fernandes de Sá*, in Sá, Manuel Fernandes (2012); *Plano de Urbanização de Alcântara*; CML

Figura 19 – *Ortofotomapa de Alcântara, Lisboa – três zonas distintas: Zona habitacional (Norte); Zona industrial (centro); Zona ribeirinha (Sul)*, Imagem do autor 2013.

Figura 20 – *Área de Intervenção da proposta de revisão do plano urbano de Alcântara*, imagem do autor 2013

Figura 21 – *Planta da proposta de revisão do Plano Urbano de Alcântara (PUA)*; (1) *Túnel de circulação rodoviária*; (2) *Restauração/Lazer*; (3) *Estação Ferroviária Alcântara-Mar, linha de Cascais*; (4) *Antiga Fábrica Daupias*; (5) *Habitação*; (6) *Estacionamento, Comércio, Serviços, e Restauração*; (7) *Mercado*; (8) *Centro Comunitário*, imagem do autor, 2013

Figura 22 – *Centro comunitário – Axonometria*, imagem do autor, 2013

Figura 23 – *Alçado Nascente do Centro Comunitário*, imagem do autor, 2013

Figura 24 – *Centro Comunitário; Diagrama Funcional*, imagem do autor, 2013

Figura 25 – *Centro Comunitário; Diagrama Programático Piso 00*, imagem do autor, 2013

Figura 26 – *Centro Comunitário; Diagrama Programático Piso 01*, imagem do autor, 2013

Figura 27 – *Centro Comunitário; Axonometria Explodida*, Imagem do autor, 2013.

Capítulo I – Introdução

O presente documento constitui uma fundamentação teórico-crítica desenvolvida a partir do tema geral de trabalho de projecto proposto para o 5º ano, Construir no Construído. Foi a partir deste tema que se desenvolveu o trabalho realizado ao longo do nono e décimo semestres do curso de Mestrado Integrado em Arquitectura do ano lectivo 2010/2011, no âmbito das disciplinas de Laboratório de Projecto de Arquitectura V e de Projecto Final de Mestrado, no qual este trabalho se insere.

A escolha deste tema tem por objectivo orientar a reflexão sobre questões que se colocam actualmente no contexto urbano, considerando as transformações de que estas zonas têm sido alvo ao longo do tempo, de forma a possibilitar uma melhor compreensão sobre o que é a cidade hoje - o construído - de forma a melhor o conciliar com as actuais necessidades humanas que se expressam, inevitavelmente, através do acto de construir.

Esta orientação justifica-se por se compreender que o acto de construir é um gesto inerente à cidade, estando presente não só no momento da sua origem, bem como ao longo de todo o processo que marca a evolução e transformação desta estrutura até tempo presente, e mesmo para o futuro.

Deste modo, a pré-existência, o construído, com que nos confrontamos inevitavelmente na cidade, é interpretado como ponto de partida deste trabalho como marca do sucessivo processo de intenção de cristalização em estruturas materiais de ideais de uma comunidade ou sociedade que habitaram o território com o propósito de aqui criar melhores condições de vida.

Porém, o facto de o ritmo de mudança dos ideais e das necessidades, que fundamentam o construir ser mais rápido do que o processo de construção, explica que exista um constante desfasamento entre estas duas realidades, fazendo com que a cidade seja sempre uma realidade antiga, em que existe sempre um passado, um construído, que nos remete à história da cidade, ou da sociedade que a construiu, e, subsequentemente, a possibilidade de um desajustamento, maior ou menor, das estruturas às necessidades constantemente impostas pela evolução humana.

Assim, ao olhar a cidade, podemos compreender que a apropriação e adaptação das estruturas físicas pré-existentes às diferentes necessidades do Homem ao longo do tempo é um processo contínuo necessário, que contribui para que a cidade permaneça viva, num processo permanentemente inacabado de construção em que se procuram o alcance das condições de vida ideais, sendo que, por oposição, quando assim não acontece, se assiste inevitavelmente à morte das cidades.

De forma a evitar que isto aconteça no futuro, e que se consigam efectivamente alcançar melhores condições de vida, é então necessário reflectir sobre a adaptabilidade e flexibilidade das intervenções operadas no meio urbano, nas diversas escalas, desde o espaço público, até aos edifícios, de modo a que a reapropriação do construído, inerente ao processo de construção da cidade ao longo do tempo,

seja feita de modo a reduzir o eventual desajustamento das estruturas físicas às necessidades impostas às cidades.

A partir do entendimento da cidade como uma realidade dinâmica em permanente construção, como organismo vivo, saudável ou enfermo, a reflexão conduzida ao longo deste trabalho é feita considerando que as condições de vida idealizadas pelo Homem nas cidades, constituem-se de forma genérica, no alcance do melhor estado de bem-estar imaginável. Deste modo, através deste estudo, considerando a saúde e a segurança como principais condicionantes deste estado, procura-se com a elaboração deste trabalho responder às seguintes questões:

- a) De que modo a evolução das suas concepções, inerentes à evolução da humanidade, se reflectiu na construção da cidade?
- b) De que forma a segurança e a saúde marcam e estruturam a cidade?
- c) Quais os actuais desafios colocados à sociedade, e subsequentemente, à cidade, perante o actual contexto demográfico e urbano?
- d) Quais os principais aspectos a ter em conta no actual, bem como no futuro, processo de construção da cidade, tendo em vista a aproximação destas estruturas do seu ideal, nomeadamente no desenho urbano e do edificado;

Perante estas questões de partida, o presente trabalho desenvolve-se ao longo de três capítulos, em que se procura encontrar respostas a estas perguntas, primeiro, do ponto de vista conceptual e teórico, e depois, no contexto real, através da análise de uma área urbana concreta, Alcântara, para fundamentar a formulação de uma nova proposta de arquitectura para este local que constitua um exemplo prático da aplicação dos princípios conceptuais e estratégicos desenvolvidos.

Deste modo, o capítulo II começa com uma reflexão que procura compreender a origem e a génese da cidade, a importância do seu papel para o Homem enquanto habitat construído e reflexo materializado da idealização da construção de um lugar que proporcione as condições de vida consideradas ideais. Seguidamente, a partir da apresentação daquelas que são consideradas as principais condicionantes do bem-estar, a segurança e a saúde, aborda-se o modo como estes factores marcaram o desenvolvimento da cidade desde o seu início, de acordo com a evolução da sua concepção ao longo do tempo, até à actualidade, tendo em especial atenção os últimos três séculos, a partir do advento da revolução industrial¹. Desta forma, procura entender-se de que forma estas questões ainda hoje são estruturantes da utopia da cidade actual, e procuram orientar a construção da cidade do futuro.

Perante estas considerações, e tendo por objectivo estruturar futuras intervenções em meio urbano procede-se a uma caracterização do contexto demográfico actual, bem como dos cenários projectados

¹ O enfoque feito a partir deste momento do passado “recente” deve-se por este constituir uma altura específica da história que marca o início do maior processo de transformação de que porventura as cidades foram alvo, e que está na origem do modelo de sociedade e de cidade actuais.

para o próximo século, de forma a poder identificar os principais traços da constituição, não só dos indivíduos e da sociedade que habitam a cidade, actualmente, e no futuro, através da análise de dados estatísticos. A partir desta contextualização, a reflexão conduzida neste trabalho centra-se no fenómeno do envelhecimento da população, compreendendo-a como uma situação inédita que coloca hoje à sociedade, e subsequentemente, à cidade, novos desafios, cuja resposta resultará inevitavelmente, na mudança dos modelos organizacionais e espaciais actuais, e portanto da necessidade de reestruturação do espaço urbano, e da readaptação do conjunto edificado. Desta forma se justifica a atenção dada à questão do envelhecimento da população no âmbito de uma reflexão sobre a estruturação de intervenções em meio urbano, de forma a procurar compreender os factores que estão na sua origem, bem como, dos receios que se têm vindo a desenvolver junto da sociedade com a acentuação deste fenómeno, e que, como poderemos observar, se transformam em agentes de mudança devido aos problemas que vêm progressivamente a suscitar. Deste modo, este capítulo termina com a breve apresentação de algumas alterações e medidas a implementar que poderão contribuir para a resolução, ou minimização do impacto, de alguns dos desafios hoje impostos pelo envelhecimento, nomeadamente, através da implementação de medidas que promovam o envelhecimento activo, e o diálogo intergeracional, como forma de assegurar a sustentabilidade social.

A estruturação do Capítulo III prende-se então com o enquadramento prático de algumas questões teóricas abordadas ao longo do capítulo anterior, perante o contexto real. Após uma breve contextualização em que se visa explicitar a pertinência do enfoque deste estudo na zona Alcântara perante os temas teóricos abordados, desenvolve-se neste capítulo uma breve análise da evolução histórica da área urbana de Alcântara, considerando-a como um exemplo genérico da actual realidade de muitas cidades do tempo presente. Esta reflexão sobre a evolução histórica de Alcântara tem por principal objectivo analisar o modo como foram construídas ao longo do tempo as estruturas físicas e se desenvolveram as dinâmicas populacionais deste território, de modo a providenciar uma melhor compreensão sobre os factores de composição da realidade actual deste contexto urbano específico. A partir desta reflexão, o trabalho conduzido ao longo deste capítulo visa, também, tentar antever futuros problemas que aqui se poderão vir a colocar, de forma a propor novas soluções que respondam aos actuais desafios, mas que integrem na sua configuração aspectos que contribuam a construção de estruturas mais flexíveis à mudança, tendo em vista a redução do desajustamento das estruturas físicas ao contexto social das cidades.

A procura de formulação de respostas a estes desafios identificados constituem então, os argumentos que vão fundamentar a orientação estratégica da proposta de arquitectura desenvolvida para esta área urbana no capítulo IV, legitimando a necessidade de intervenção no território através da apropriação do construído, de forma a dar seguimento ao processo de construção da cidade, e adaptando a realidade presente às necessidades hoje sentidas pelos habitantes, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, e, subsequentemente, do funcionamento da cidade. Deste modo, a proposta de

arquitectura apresentada neste capítulo é composta por diferentes escalas de intervenção no território, partindo do redesenho do espaço urbano da antiga zona industrial de Alcântara e da zona envolvente até ao desenho de um conjunto edificado onde se propõe a localização de um novo equipamento colectivo.

A proposta de construção de um novo conjunto edificado, onde se propõe a instalação de um novo equipamento colectivo, consiste no desenho de uma nova tipologia de equipamento, um centro social, de carácter multifuncional e polivalente, onde se propõe o funcionamento simultâneo, de espaços destinados à aprendizagem, ao lazer e ao trabalho, promovendo o contacto entre gerações. Esta proposta, para este território específico, constitui uma forma através do qual se procura, através da caracterização de aspectos espaciais e formais, demonstrar a relação directa entre a prática do exercício da arquitectura no contexto urbano e a capacidade de resposta aos problemas colocados às sociedades, e subsequentemente, às cidades, pelos fenómenos dinâmicos associados à permanente mutação do Homem, tendo em especial atenção, no presente exercício, os actuais desafios representados pelo fenómeno do envelhecimento da população, e da transformação urbana, de forma a potenciar novos modelos espaciais que desenvolvam a capacidade de melhorar as condições de vida dos habitantes das cidades, propiciando a maximização das potencialidades dos indivíduos em contexto urbano.

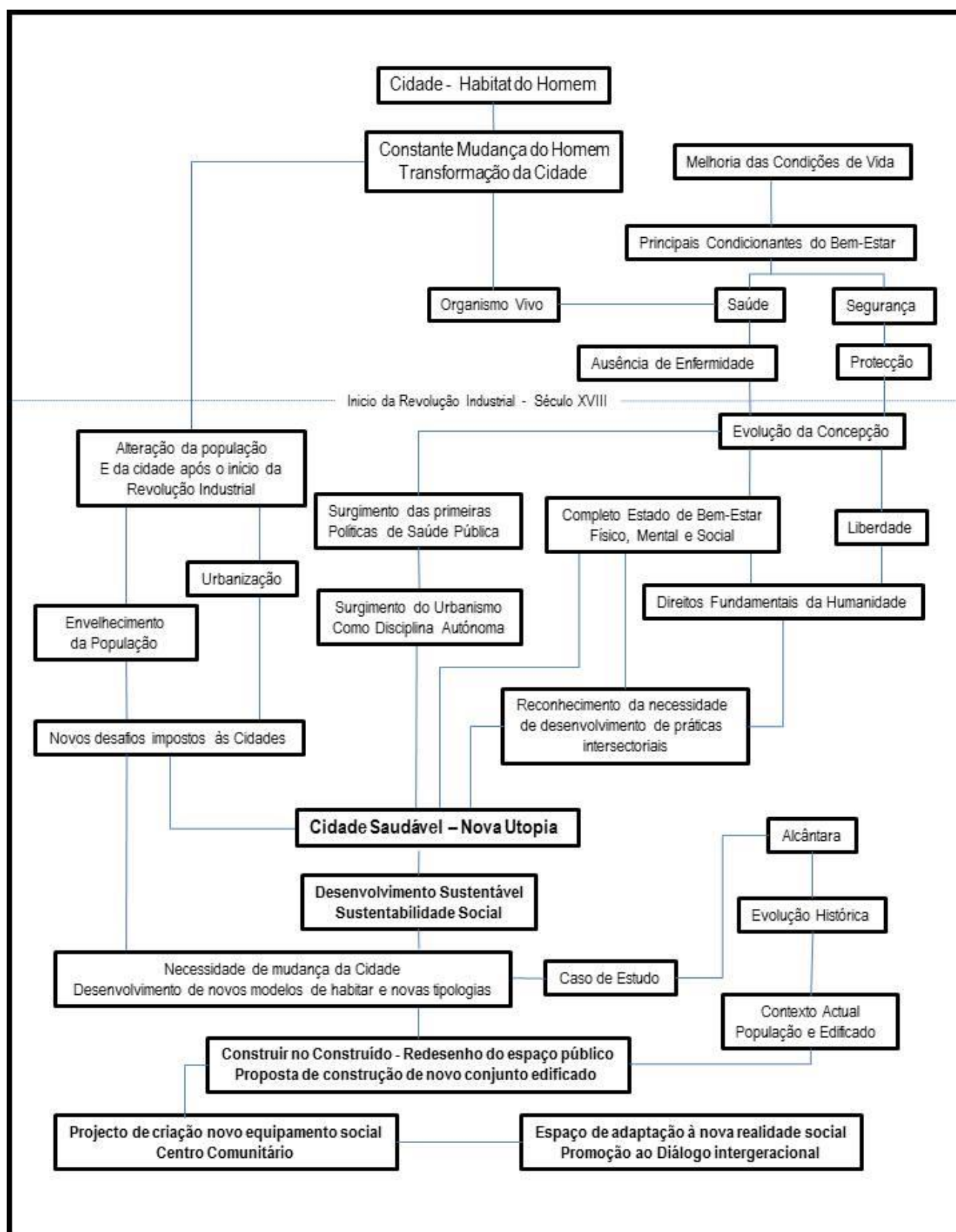


Figura 1 – Diagrama de exploração de conceitos

Capítulo II - O Homem e a Cidade

“ (...) a cidade, por outras palavras, não é apenas um mecanismo físico ou uma construção artificial. Está implicada no processo vital da população que a compõe; é um produto da natureza, e em especial da natureza humana.”(Park Cit. Por Goitia, 1982 p.32)

Chegaram até aos nossos dias diversos vestígios que provam que o Homem desde cedo procurou viver em grupo. Este fenómeno não se prende somente com as vantagens práticas que este comportamento oferece, mas também pelo facto de o homem ser um animal social, e, portanto, sentir a necessidade de comunicar, de se exprimir e ser compreendido, que resulta na criação de um sistema de relações entre os vários de elementos presentes na vida humana, onde se inclui o território, que dá origem à formação de comunidades, que, por sua vez, estão na origem de qualquer civilização (Rossa, 2007)

Com a sedentarização, o Homem passa a escolher locais específicos para fixar o centro da sua comunidade, tendo por critério a escolha de sítios que providenciassem condições propícias ao desenvolvimento da comunidade (Rossa, 2007). Em muitos dos casos, a alteração do território no sentido de tentar construir condições mais próximas das ideais, é feita através de diversas operações que contribuíram para que o Homem tenha desenvolvido com este processo laços fortes com o território por si transformado, pois o tempo, o trabalho e os meios investidos nestas alterações, aos olhos do homem, tornavam-se em melhorias do espaço construído que contribuíam para a melhoria das condições de vida.

Podemos então compreender que é deste modo que surgem a arquitectura e a cidade, como resultado directo da relação entre o Homem e um lugar, através do contínuo processo de apropriação, construção e alteração de um espaço ao longo do tempo e de gerações, com o desejo de construir aquele que se tornou o habitat natural do Homem. Deste modo, constatamos que a cidade é um lugar consagrado, construído e manipulado pelo próprio Homem, ao longo do tempo e de várias gerações, tendo por objectivo a criação de um ambiente que responda favoravelmente às suas necessidades (Blanche cit, por Goitia, 1982 p.9)

Deste modo, compreende-se que a génese de qualquer cidade, a função primordial pela qual foram criadas, consiste fundamentalmente em dar abrigo ao Homem, oferecer espaços que acolham as actividades comunitárias inerentes à existência humana, compreendendo a sua dimensão social e religiosa, e ainda, procurando providenciar suporte para a existência de actividades económicas que garantam a subsistência e prosperidade da população (Rossa, 2007) Porém, o contínuo processo de evolução das comunidades justificam que se assista ao constante surgimento de novas necessidades a ser atendidas. Uma vez que a transformação de uma comunidade é permanente, a redefinição da relação entre o homem e o lugar é, necessariamente, constante. Sendo a cidade o habitat do homem,

ela materializa, nomeadamente através do gesto arquitectónico, este constante processo evolutivo, que se caracteriza pela incessante busca de alcançar as melhores condições de vida.

“Acontece com a cidade o mesmo que, de certo modo, acontece com a pessoa humana, que é sempre a mesma e nunca é a mesma.” (Goitia, 1982 p.29)

Observando as cidades, e compreendendo que estas são o reflexo da relação entre o Homem e o território, rapidamente percebemos que estas são sistemas complexos, que vão para além das suas características físicas, pois, como já vimos, não são construções isoladas, mas sim o resultado da existência de uma comunidade ao longo do tempo. (Goitia, 1982).

Deste modo, a cidade representa um espaço onde, ao longo do tempo e das gerações, se acumulam e sobrepõem costumes, tradições, sentimentos e atitudes, tudo o que caracteriza a comunidade, conferindo-lhe um carácter histórico, que contribuiu para a construção de estruturas que, ganhando forma com o decorrer deste processo, acabaram elas próprias por desenvolver uma segunda natureza, que por sua vez actua sobre os habitantes, constituindo uma realidade exterior com a qual estes têm de se confrontar e adaptar. Conseguimos compreender que a cidade está intrinsecamente ligada ao Homem, e embora, por vezes, devido à sua proporção, esta possa parecer superior ao individuo, na realidade existe por, e para ele. (Goitia, 1982).

Uma vez que os limites que estabelecem a distinção entre o homem e a cidade são ténues, a cidade pode então ser entendida como um organismo vivo, pois, como vimos, é composta, e construída pelo Homem, e acompanhando-o no seu processo contínuo de mudança. Este facto faz com que tal como refere Goitia (1982), a própria cidade ganhe um ritmo que parece que lhe dá vida própria.

“(…) a cidade, a mais compreensível das obras do homem, como disse Walt Whitman, engloba tudo, e nada do que se refere ao homem lhe é estranho. Não devemos esquecer que a própria vida se alberga no seu seio, até ao ponto de nos confundir e fazer crer que são as cidades que vivem e respiram. Tudo o que afecta o homem afecta a cidade (…)” (Goitia, 1982 P.9)

Uma vez entendendo este pulsar da cidade, compreendemos que esta, à semelhança de qualquer outro organismo vivo, possa estar saudável, ou pelo contrário, possa padecer de enfermidades.

2.1. A Cidade Como Organismo Vivo

Nas cidades, tal como no homem, ou qualquer outro organismo vivo, a enfermidade, ou doença é algo que o atinge e o fragiliza, impedindo-o de estar nas suas melhores condições (Gaspar, 2007).

Deste modo, transportando este conceito para a cidade, entende-se que uma cidade doente será aquela que, de algum modo, seja incapaz de respeitar o propósito ideal que nela reside e com o qual foi

fundada. Assim, pode considerar-se como uma cidade doente toda aquela que apresente falhas, a nível físico ou moral, que façam com que esta se torne incapaz de providenciar abrigo aos seus habitantes. A definição do abrigo que a cidade deverá providenciar, porém deverá compreender que a existência do Homem vai para além da sua dimensão física, incluindo também as dimensões sociais e morais, incluindo a necessidade de criação de condições que permitam o desenvolvimento de actividades económicas que garantam a sua subsistência da comunidade (Rossa, 2007).

Este desejo do Homem de construir uma cidade ideal é transversal no tempo, estando sempre patente e sendo indissociável a qualquer civilização, independentemente da sua localização, cultura ou organização social. Esta é uma utopia permanente e constante em todas as comunidades, e será o desejo de alcançar melhores condições de vida que justificam o facto de o Homem desenvolver soluções, investir meios e tempo a tentar, continuamente, criar condições que se aproximem das ideais, e resolver questões se assumam como obstáculos às condições de vida desejadas.

Porém, compreende-se que, se quisermos tentar determinar e dar resposta a todas as condições ou exigências que cada indivíduo procura satisfazer de forma alcançar as condições de vida que considera ideais, provavelmente não seremos bem-sucedidos, pois serão, até, impossíveis de determinar, por este estado “depende de uma considerável e complexa conjugação de inúmeros factores, determinados pelas especificidades sensoriais de cada indivíduo.” (Rossa, 2007). Porém, podemos procurar simplificar esta questão, ao tentar compreender quais as condições fundamentais para que qualquer indivíduo, isoladamente, ou enquanto membro de um grupo ou comunidade, possa procurar alcançá-las. Deste modo, a resposta a esta questão será, porventura ainda mais simples, se invertermos o sentido desta questão e tentarmos antes compreender quais serão os principais condicionantes de um estado ideal de bem-estar.

2.2. Condicionantes da Cidade Ideal

A resposta à pergunta, deixada em aberto no final da reflexão conduzida ao longo do ponto anterior, é apontada pela reflexão desenvolvida sobre este tema por Mesones (2007) onde o autor afirma que, sendo desejo do homem construir “a melhor cidade”, o lugar onde possa ser feliz, e entendendo o conceito abstracto de felicidade, como um estado onde se alcançam as condições de vida ideais, os principais factores determinantes para o alcance deste estado ideal por parte de um só indivíduo, ou de toda a comunidade, estão relacionadas com questões associadas às condições de saúde e de segurança, uma vez que, a afectação de algum destes estados na vida dos indivíduos, ou de uma comunidade, influenciam directamente o estado de bem-estar.

Deste modo, compreende-se que através do processo construtivo do habitat natural do Homem – a cidade – se encontrem marcas profundas que nos falam da atenção dada a questões associadas com a segurança e a saúde ao longo do tempo, até aos dias de hoje.

Neste sentido, o desenvolvimento deste trabalho ao longo dos pontos seguinte é feito com o intuito de definir e descrever, de forma sucinta, a evolução dos conceitos de segurança e de saúde, enquanto condicionantes essenciais do bem-estar, procurando clarificar a relação destas questões com a cidade, identificando as principais marcas destes conceitos no contexto urbano.

2.2.1 Segurança

Segurança – n.f. 1. Acto ou efeito de segurar 2. Confiança 3. Certificação 4. Tranquilidade de espírito 5. Caução; garantia 6. Firmeza; certeza; convicção; 8. Amparo 8. Afirmação (...) Dicionário da Língua Portuguesa

A segurança é um conceito abstracto, que diz respeito à capacidade de percepção de um indivíduo se sentir, ou não, protegido de riscos, perigos ou perdas. Visto que esta é uma questão subjectiva, os parâmetros da sua definição dependem directamente das especificidades dos indivíduos, ou comunidade, sendo alterados consoante as características dos mesmos. (DGOTDU, 2011). No entanto, e de um modo genérico, observa-se que a busca pela segurança prende-se essencialmente, com a questão da sobrevivência do Homem.

Deste modo, podemos afirmar que a relação estabelecida entre a segurança e a cidade está relacionada com o facto de o Homem sentir a necessidade de se sentir protegido, fazendo com que procure, ou construa, abrigos que o salvaguardem de eventuais ameaças, representadas por ataques de animais, por fenómenos naturais, ou mesmo, por outros indivíduos (Rossa, 2007). A sedentarização do homem e o desenvolvimento das comunidades, e, subsequentemente, das cidades, contribui para que a sensação de segurança passe também a ser posta em causa com a ameaça de qualquer uma das componentes deste habitat construído pelo Homem, uma vez que, como vimos, as cidades passam a ser uma extensão do próprio indivíduo, ou comunidade. Assim, podemos afirmar que a percepção da segurança é também determinada pela capacidade de salvaguarda de algo que pertence à comunidade onde o indivíduo se insere.

Uma das primeiras marcas das cidades que remetem directamente à questão da segurança, está relacionada com escolha do local e a implantação desta no território, uma vez que, em muitos dos casos, as características naturais dos locais escolhidos para o fazer oferecem condições específicas, que por si só, as tornam menos vulneráveis a ameaças exteriores (Goitia, 1982). No entanto, a

construção das cidades nestes locais é, desde o início, acompanhada pelo desenvolvimento de gestos que contribuem para a construção de um abrigo complexo onde o Homem e a Comunidade se sintam mais protegidos. A construção de dispositivos como muralhas, torres e outras estruturas de carácter defensivo, são disso exemplo e representam o esforço empreendido pelas comunidades com o intuito de por a salvo a sua vida e os seus bens mais preciosos². O impacto destes gestos nas cidades foi profundo, influenciando de forma directa, a estrutura, o funcionamento, a organização, e a estrutura das cidades.

As cidades medievais europeias são disso um bom exemplo. Nestas cidades, à semelhança de quaisquer outras cidades muradas, estes limites definem a extensão da própria cidade, estabelecendo uma relação entre interior ou exterior à cidade, contribuindo para a sensação segurança ou de exposição ao perigo, e contribuindo para a construção de uma imagem figurativa da cidade no imaginário de qualquer indivíduo, devido ao forte impacto destas estruturas na paisagem. Em muitos dos casos, estas estruturas físicas passaram também a ter um valor simbólico, tendo-se tornado em sinais da representação da força do poder político, ou do poder económico da cidade.

No entanto, com o passar do tempo, com a pacificação das relações entre as várias comunidades e estabilização das fronteiras dos territórios, associado ao avanço do conhecimento científico, e do estudo da psique humana, o Homem veio a compreender que por vezes, o comportamento humano pode ser condicionado pelo desenho do espaço. Estes novos princípios, que têm por base o controlo do comportamento pela ausência da força física, foram empregues no desenho nas cidades e em diversos edifícios, com o intuito de tentar desencorajar eventuais práticas criminosas, ou a insurreição de revoltas, procurando deste modo contribuir para o aumento da sensação de segurança dos indivíduos através da garantia da ordem³, tendo em vista a melhoria das condições de vida nas cidades.

Estes princípios continuam a marcar o funcionamento das sociedades contemporâneas, sobretudo através do desenvolvimento de meios tecnológicos que permitem a vigilância constante do que acontece nas cidades. Face a este fenómeno podemos afirmar que os diversos antigos dispositivos físicos que contribuíam para a garantia da segurança de uma cidade durante vários séculos caíram em desuso ou perderam a sua importância defensiva face aos novos meios tecnológicos, e aos novos modelos organizacionais das sociedades. Porém, estas estruturas, como vimos, passaram a ser

² Em muitos dos casos, o bem considerado mais precioso é a própria cidade.

³ Entre os exemplos de cidades e de tipologias de edifícios que viram este princípio aplicado tome-se por exemplos: Paris, com a reforma urbana levada a cabo pelo Barão Haussman no século XIX sob ordem de Napoleão III, sendo que um dos motivos que a legitimou foi a intenção de tornar a cidade mais segura tentando impedir a formação de barricadas (prática que se tinha generalizado com as lutas liberais), através do alargamento das ruas, permitindo o acesso dos meios militares e da artilharia a quaisquer pontos da cidade; e o caso da construção de edifícios baseados no princípio do modelo de panóptico desenvolvido por Jeremy Bentham, desde o século XVIII e a influência do seu desenho no comportamento dos indivíduos que habitam estes espaços (Benevolo,1995).

elementos estruturantes da cidade, justificando-se a sua preservação, não só pelo valor histórico ou patrimonial, mas também pela importância que estes conquistam para a orientação e estruturação de uma imagem do território (Lynch, 1960).

No entanto, actualmente, dada a evolução civilizacional, um outro factor que hoje se considera condicionante da segurança prende-se com o respeito e salvaguarda dos direitos humanos, através da garantia da liberdade individual, política e religiosa, pelo respeito à identidade e cultura de cada indivíduo, ou comunidade, e pela criação de um ambiente que promova a igualdade e a justiça, e boas condições de vida (Messones, 2007)

«(...) no entanto, ontem como hoje, a cidade não só liberta, como dá segurança. Liberdade e segurança são de resto indissociáveis e polissémicas. As muralhas, o pão e o Direito são três elementos fundacionais da urbanidade.» (Gaspar, 2007)

Deste modo, os actuais elementos físicos que contribuem para a criação de um ambiente seguro nas cidades, já não será somente assegurado pela presença de muralhas e torres, entre outras e outras estruturas defensivas construídas pelo Homem ao longo do tempo, mas sim por todos os elementos que visem assegurar a criação de um ambiente seguro, que promova o respeito pelos direitos do homem, e que demonstrem a solidez e do progresso conquistado. Assim, a existência de infra-estruturas e equipamentos através de edifícios (escolas, ginásios, bibliotecas centros sociais, hospitais, quartéis de bombeiros, etc) construídos em contexto urbano, e que espelhem os princípios da justiça e igualdade, da educação, da saúde, e dos demais valores associados aos direitos do Homem, a par da presença de instituições representativas do sistema económico e político (tribunais, esquadras de polícia, edifícios sede do poder administrativo, instituições bancárias, etc.) contribuem activamente para o aumento da percepção da segurança de um indivíduo na cidade, resultando na melhoria das condições de vida, através da reunião de condições que promovem o bem-estar (Messones, 2007)

2.2.2. Saúde

À semelhança da segurança, também a saúde é um conceito abstracto, podendo ser considerado um conceito dinâmico difícil de definir e medir. A sua importância para o bem-estar justifica-se por ser uma condicionante primordial à sobrevivência do homem. Deste modo se compreende que a procura de condições ideais que melhor salvaguarda o estado de saúde seja, desde sempre, uma componente fundamental da relação entre o homem e o território, e, portanto, da construção das cidades, especialmente como factor preponderante para o alcance da utopia da cidade ideal.

As marcas da relação estabelecida pelo Homem, entre a cidade e a saúde, foram materializadas de diversas formas ao longo do tempo, o que se deve ao facto de as questões relativas à saúde terem sido

compreendidas de formas distintas, consoante o estado civilizacional e o progresso do conhecimento científico de cada civilização, comunidade, cultura ou indivíduo.

Porém, relativamente às diferentes formas possíveis de compreender a saúde e a doença, podemos distinguir o seu posicionamento face a duas concepções, a concepção ontológica e a concepção fisiológica. Deste modo, à luz da concepção ontológica entende-se que o motivo da afectação da saúde, ou a causa doença está relacionada com a dimensão espiritual do homem, que, quando enfermo, entende que esta situação é resultante de um castigo divino. Perante esta concepção, o estado de doença justifica-se pela invasão do organismo por uma entidade exterior, sem que seja estabelecida qualquer relação com a personalidade, constituição física, ou modo de vida do indivíduo doente, entendendo-se que as causas da doença se devem a motivos de ordem sobrenatural, pelo que, a cura só será possível através de processos mágicos ou religiosos. Por outro lado, a concepção fisiológica entende que o estado de saúde de um indivíduo, ou a presença de doença se deve a causas naturais, e, portanto, que o meio físico é preponderante para o estado de saúde do indivíduo, e, por isso, a resolução desta afectação é feita a partir da observação objectiva e do raciocínio dedutivo que permite o desenvolvimento de processos terapêuticos como o propósito de atingir as condições de saúde ideais (Albuquerque e Oliveira, 2002).

Observamos então que é a partir destas duas concepções da saúde, que se desenvolveram diferentes formas de intervenção no território, expressas e materializadas através de diferentes princípios de organização e de estruturação das cidades e dos edifícios ao longo da história. Porém, apesar de opostas, estas duas formas de entender a saúde, têm vindo a coexistir simultaneamente no mesmo espaço, nas mesmas cidades e culturas, e mesmo, nos mesmos edifícios. Isto é, se por um lado, à luz da concepção ontológica, se procedeu à construção de grandes estruturas com o intuito de agradar aos deuses de forma a tentar que estes poupassem as populações das doenças, ou intercedessem pela cura dos doentes, ao mesmo tempo assistimos à evolução do estudo e ao desenvolvimento de soluções técnicas que impulsionaram o avanço do conhecimento científico.

Esta discussão teórica levada para o campo do objecto da dissertação, coloca as questões de saúde em dois patamares de importância diversa mas convergentes: um primeiro em que o enfoque é colocado no âmbito da cidade face ao perfil social, etário, e demográfico, da população e prende-se com as condições de vida oferecidas no contexto urbano aos indivíduos, perante questões associadas ao quotidiano e à capacidade de subsistência da comunidade; e uma segunda em que remete para a saúde da cidade em si, como organismo vivo e ainda no efluente de bem-estar da população enquanto habitat construído.

As primeiras marcas da relação entre a cidade e a saúde, remontam à Antiguidade, e ficaram imortalizadas pelas reflexões atribuídas a Hipócrates sobre o relacionamento de algumas doenças segundo a incidência em locais específicos das cidades, realçando a importância da consideração de factores como a circulação do ar, a altitude, e a qualidade da água disponível. Porém, ao longo da

evolução humana, do pensamento e das sociedades, observa-se que em determinados períodos da história foram estes princípios parecem ter sido desconsiderados, ou mesmo ignorados.

O progressivo regresso a estes princípios verifica-se a partir do século XVII, através do desenvolvimento do pensamento iluminista, que veio lançar as bases da actual concepção de saúde e de cidade.

Assim se inicia aquela que é considerada a primeira revolução da saúde, que fica marcada pela nova importância dada à razão por esta corrente de pensamento, e pelo desenvolvimento de uma visão mecanicista da do mundo, característica desta corrente ideológica (Albuquerque e Oliveira, 2002).

Neste contexto, a comparação entre um homem e um relógio, feita por Descartes no século XVII, ao afirmar que um homem doente é comparável a um relógio avariado, e por oposição, um homem saudável comparar-se-á um relógio em bom funcionamento, é um exemplo elucidativo do modo de entender a doença que esta corrente de pensamento vem desenvolver (Sclair, 2007). Deste modo, a doença ou a afectação do estado de saúde de um indivíduo, passa a ser entendida como uma avaria que, à semelhança de que acontece com uma máquina, afecta, de modo temporário ou permanente, o funcionamento de um componente ou da relação entre componentes desse mesmo sistema. Daí que se observe nesta época a um grande desenvolvimento da ciência no âmbito do estudo dos seres vivos, através da desarticulação das suas partes, procurando estudar cada parte separadamente, compreendendo que cada parte tem uma função observável, e que a soma das partes forma o organismo.

Assim se criou um novo modelo de saúde, o modelo biomédico, elaborado à luz da concepção fisiológica da saúde, e que visa o desenvolvimento de investigações e práticas através do estudo das várias partes do sistema que compõem o todo. É a partir deste modelo que se desenvolve um novo modo de compreender a cidade, bem como as situações que as situações constituíam obstáculos ao bom funcionamento das cidades, e ao alcance das condições de vida, idealizadas (Albuquerque e Oliveira, 2002).

Foi, portanto, à luz desta nova abordagem que se procurou a partir do século XVIII resolver não só as situações que sempre puseram em causa o bem-estar dos habitantes das cidades, como também dar resposta aos novos problemas causados pelo início da revolução industrial.

Com o início desta complexa revolução que veio alterar, não só os processos de produção, bem como todo o modelo organizacional e funcional da sociedade, e subsequentemente das cidades, observa-se um aumento sem precedentes do número de habitantes, contribui para o rápido crescimento dos limites das cidades existentes, bem como para o surgimento de novas áreas urbanas, devido à crescente concentração de indivíduos junto dos locais onde se implantam novas fábricas (Benevolo, 1995). Este facto vem contribuir, para que a mão-de-obra passe a ser entendida uma matéria-prima abundante e de baixo valor, contribuindo para que se assista à degradação das condições de habitação durante este

período, dada a incapacidade que a cidade tem em acompanhar o ritmo crescente da população, e de conseguir acolher dignamente os novos habitantes das cidades.

Esta degradação das condições de vida é também potenciada por esta altura, devido à insegurança inerente à actividade industrial dadas a precariedade das condições de trabalho, onde os acidentes, quando não provocavam a morte, resultavam na afectação permanente das condições físicas dos indivíduos sinistrados, numa época em que ainda não existiam políticas de protecção social a estas situações.

No entanto, é a degradação ambiental associada às condições insalubres das cidades, que explica que se assista ao surgimento de diversas epidemias, surtos de várias estirpes de pneumonias, gripes, e febres, entre outras doenças que neste contexto urbano começaram por afectar principalmente as franjas mais desfavorecidas da população, prejudicando portanto o estado de saúde da mão-de-obra industrial, mas que, indiferentes à condição social dos indivíduos, rapidamente se tornaram numa ameaça a todos os habitantes da cidade.

Face a esta situação, e dada a conjuntura política e social, começa a considerar-se que não é somente a população que está doente, mas sim toda a cidade. Este facto leva a que vários pensadores venham a considerar como necessário repudiar a tradicional noção de cidade, e empreender a elaboração de novos modelos urbanos, com novos espaços e novas tipologias de edifícios que promovam melhores condições de vida nas cidades (Harouel, 1985). É neste contexto que se assiste ao surgimento de diversos movimentos cívicos reivindicativos da melhoria da salubridade das cidades, pressionando constantemente o poder político e as autoridades, reclamando a mudança das condições de vida existente (Gaspar, 2007).

Perante a degradação das cidades, dada a vontade, e a necessidade de intervir no meio urbano, desenvolvem-se nesta época duas formas de abordagem à resolução desta situação. Uma opta por tentar corrigir as situações existentes, a partir de reformas urbanas que partem do conhecimento técnico e que apostam em medidas higienistas e sanitárias para encontrar respostas para estes problemas com que as cidades se debatiam, outra, aposta no abandono das antigas cidades, propondo a construção de novos modelos de cidade, construídas inteiramente raiz, segundo novas teorias de organização social, que procuram, deste modo, corrigir, não só os defeitos da cidade existentes, bem como da sociedade que nela habita (Benévolo, 1995).

A primeira forma de abordagem, vem a desenvolver-se sobretudo na maioria das grandes cidades europeias, facto que se explica por várias razões, nomeadamente devido à importância simbólica e pelo peso da história da cidade para a sociedade que a habitava, e que a tinha construído, sendo que os novos ideais pressupostos pela segunda forma de abordagem vêm a constituir os princípios

estruturadores do surgimento de muitas das novas cidades industriais, e não só⁴, que se construíram desde este período.

É neste contexto que o urbanismo moderno surge como uma corrente progressista, e autónoma, baseada inicialmente no racionalismo do pensamento iluminista, propondo o desenvolvimento de novos modelos urbanos que concretizem o ideal de construir cidades capazes de satisfazer as necessidades de todos os habitantes da cidade. (Harouel 1985). Deste modo, podemos concluir que os efeitos causados pela afectação da saúde das populações, provocadas pela degradação das condições de vida das cidades nesta época, constituíram uma das principais razões para o desenvolvimento do Urbanismo, sob a forma de reformas a nível urbano (Simões, 1989).

Estas primeiras reformas urbanas, constituíram portanto, as primeiras formas de políticas de saúde pública, pois representam o início da tentativa de união de esforços de várias áreas multidisciplinares para resolver um problema relativo às condições de vida e ao bem-estar da população, bem como do funcionamento das cidades. Desta forma observa-se que, em resultado desta junção de esforços de vários quadrantes da sociedade, se procedeu à elaboração e implementação de medidas higienistas, principalmente sob a forma de leis urbanas que visavam promover o bom funcionamento das cidades através da aposta na melhoria das condições de salubridade (Carvalho, 2003).

É desta forma que se desenvolvem as primeiras políticas de saúde, materializadas através de regulamentações urbanísticas, que tiveram por base o modelo biomédico, fundamentado na Teoria do Germe⁵ entretanto desenvolvida. Estas políticas apostavam, portanto, no desenvolvimento de modelos conceptuais e técnicos, baseados no conhecimento científico, com o objectivo de melhorar as condições de higiene e salubridade das cidades, e dos edifícios, através da destruição de ambientes que se consideravam propícios ao desenvolvimento dos elementos patogénicos, e pela proposta de construção de novos espaços que promovessem a melhoria das condições de vida e do bem-estar, através do aumento dos níveis de saúde da população (Albuquerque e Oliveira, 2002).

A criação de sistemas de esgotos, a demolição de zonas habitacionais com deficientes condições de salubridade, bem como, a construção de espaços verdes nos centros das cidades, de redes de abastecimento de água, ou a criação de regulamentos que assegurassem a boa insolação das ruas e das casas, e a circulação de ar, representam algumas das medidas urbanísticas postas em prática em resultado das primeiras políticas de saúde. A sua Implementação verificou-se ao longo de diversas cidades ao longo de todo o século XIX, através de novos planos e reformas urbanas, que, deste modo,

⁴ Tal como é o caso das cidades construídas nesta altura em antigas colónias europeias, ou em novos países recentemente formados.

⁵ A Teoria do Germe define que a doença advém da instalação de um agente patogénico exterior que invade o organismo. Assim, explicava-se que a infecção era estabelecida através do contacto com o meio físico que continha o agente patogénico, sendo que este só se desenvolveria, caso encontrasse condições favoráveis para o fazer. Deste modo, sendo o tratamento muitas vezes dispendioso, ou ineficaz, os esforços passaram a concentrar-se na prevenção da infecção, e portanto da doença, e na destruição de ambientes patogénicos (Albuquerque e Oliveira, 2002)

tinham sobretudo por objectivo promover a melhoria das condições de vida nas cidades (Simões, 1989).

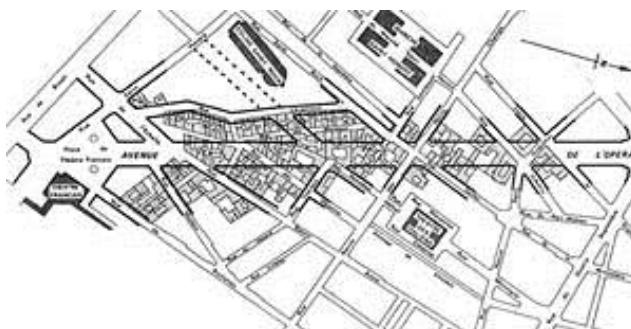


Figura 2 - Desenho, por Haussman, de uma nova avenida projectada sobre a malha urbana existente, Paris.

Em diversas áreas urbanas, podemos observar que o primeiro esforço feito no sentido de alterar as condições de vida da população foi de iniciativa privada, protagonizado por alguns industriais, que junto aos seus complexos fabris, procedem à construção de complexos habitacionais para os seus trabalhadores. Este comportamento prende-se sobretudo com o facto de os industriais terem compreendido a necessidade de assegurar a garantia do bom estado de saúde da sua mão-de-obra, de forma a contribuir para o aumento da produtividade das suas unidades fabris, mas também de exercer um maior controle sobre o comportamento dos seus trabalhadores, evitando através do filantropismo, eventuais situações de greve ou insurreições. A construção destes novos complexos de habitação para operários, veio a servir também, em muitos dos casos, de laboratório experimental para o ensaio de novas teorias de organização da sociedade, através da construção de novos modelos habitacionais⁶.

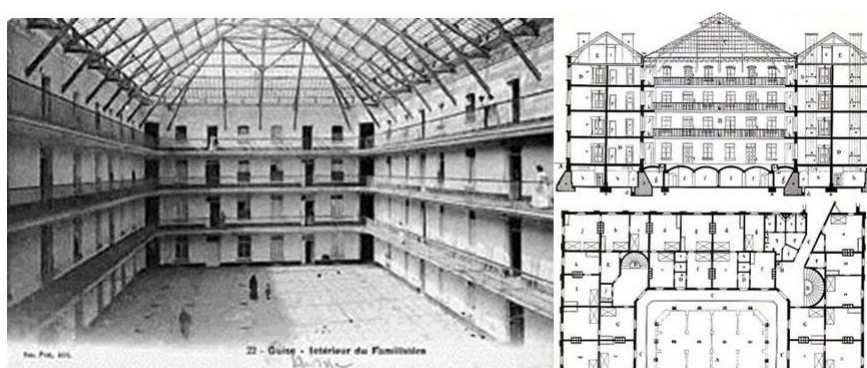


Figura 3 – Familistério de Godin, construído em Guise, 1877

⁶ Tal como é, por exemplo, o caso do familistério construído por Jean-Baptiste Godin para os trabalhadores da sua fábrica em Guise, a partir do modelo de falanstério desenvolvido por Fourier (figura 3).

A partir deste impulso conduzido por industriais, a reforma do meio urbano vem depois a ser conduzido pelo domínio público, ou estatal, através de grandes planos e reformas empreendidas para toda a cidade, sob o poder régio, ou de outras figuras de relevante importância, que contribuíram para o desenvolvimento do urbanismo. Como vimos, o desejo de mudar a cidade na Europa do final do século XVIII, e ao longo do século XIX, já não era somente uma questão utópica, mas sim uma necessidade, dadas as alterações que nela se tinham verificado com a revolução industrial. Nesta necessidade de desenvolver um novo modelo de cidade, a questão da saúde foi sempre um tema central, um ponto consensual entre as diversas figuras que se debruçaram sobre este tema. De facto, entre as diversas correntes de pensamento e os diferentes modos de organização social propostos nesta época, podemos considerar que o único ponto em comum será provavelmente o reconhecimento da necessidade de melhorar as condições de vida das populações, e em especial, nas áreas urbanas.

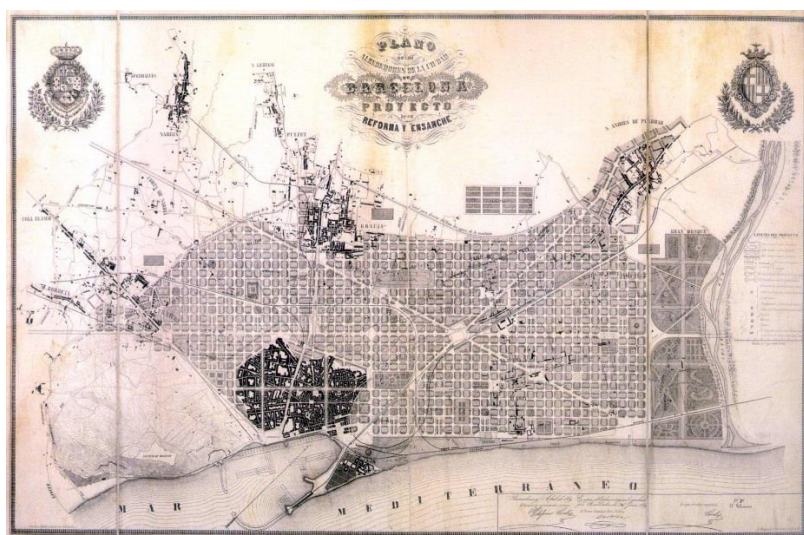


Figura 4 - Plano de ampliação da cidade de Barcelona, Cerdá, 1860;

As reformas empreendidas nas cidades desde o século XVIII, com o objectivo de melhorar as condições de vida da população, são regidas pela definição de saúde proposta pelo modelo biomédico, segundo a qual, o bom estado de saúde é entendido como a ausência de enfermidade, considerando exclusivamente as perturbações que se manifestam fisicamente nos indivíduos.

No entanto, esta concepção vem a ser posta em causa a partir de meados do século XX, através do desenvolvimento dos estudos científicos na área da saúde que demonstram que as doenças que mais contribuíam para a mortalidade eram de etiologia comportamental. Perante a natureza destas patologias, observa-se que a teoria do germe não explica o seu surgimento e propagação, pelo que a única forma que poderá contribuir para o combate a estas doenças consiste na promoção da alteração de padrões comportamentais (Albuquerque e Oliveira, 2002). Deste modo, a influência do ambiente

físico e social, onde estas patologias se desenvolvem, passa também a ser compreendido como determinante da saúde.

Após a segunda guerra mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas, a actual definição de saúde é apresentada pela carta de princípios publicada a 7 de Abril de 1948, com a constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS), onde se afirma que “*Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental, e social, e não apenas a ausência de enfermidade*” (Scliar, 2007 p.36-37). Esta definição veio dar voz às crescentes reticências sentidas entre a comunidade científica relativamente ao reducionismo do modelo biomédico e ao facto de este separar o corpo da mente, a doença do doente, e o doente da sociedade, marcando o princípio daquela que é considerada a segunda revolução da saúde.

Esta nova definição de saúde, não tem o intuito de contrariar a anterior, mas de a complementar, passando a considerar os factores ambientais que rodeiam o organismo. Assim, através da nova concepção de saúde, compreende-se que o estado de saúde de um indivíduo é directamente relacionado com as suas condições e estilos de vida, considerando-se que estes são influenciados por um conjunto de condicionantes de ordem física, psíquica, social e económica, que se assumem como determinantes de saúde (abastecimento de água, condições sanitárias, alimentação, segurança, cuidados de saúde, habitação, trabalho, educação, capacidade financeira, etc.). O modo como cada um destes factores afecta o estado de saúde de um indivíduo é altamente complexo, porém, portanto a capacidade de resposta do sector da saúde em resolver todos estes problemas, é limitado, pelo que surge a necessidade de reforçar a importância de práticas multisectoriais (Gaspar, 2007)

As novas políticas de saúde desenvolvidas com a mudança da concepção da saúde vêm a desenvolver o conceito de promoção de saúde, como forma de garantia da melhoria do bem-estar (Sousa e Grundy, 2004). A promoção da saúde fica marcada pela publicação do Relatório Lalonde⁷ em 1974, constituindo um dos primeiros referenciais das novas políticas de saúde, onde se considera que os factores ambientais deverão ser considerados na resolução dos problemas de saúde, determinando a existência de quatro determinantes gerais de saúde, nos quais se incluem a biologia humana, o ambiente, o estilo de vida, e a assistência médica, segundo as quais a saúde é mantida e melhorada através da aplicação das leis científicas, mas também através das práticas e opções de vida do indivíduo e da sociedade. Neste sentido, o relatório aponta para o facto de os problemas de saúde não serem passíveis de ser resolvidos através de intervenções específicas no sector, alertando para a importância das práticas intersectoriais para a conquista de um bem-estar de um indivíduo e para a promoção da saúde.

Esta nova perspectiva da saúde veio a ser amplamente discutida em conferências organizadas pela OMS ao longo de 40 anos, até ao tempo presente. Neste espaço de tempo, têm-se produzido, em

⁷ Este documento, cujo título original é *A New perspective on the Health of Canadians*, ficou assim conhecido devido ao facto de ter sido publicado pelo Ministério da Saúde Canadano sobre a chancela do então ministro Marc Lalonde.

resultado destas conferências, vários documentos que visam definir conceitos e formalizar programas de acção atentos não só à realidade do tempo presente, bem como tentando projectar cenários futuros.

Neste contexto, assume-se como marco histórico, a *Declaração de Alma-Ata*, através da qual a OMS, pretende definir os parâmetros necessários para concretizar o objectivo definido neste documento de promover a saúde para todos, compreendendo a saúde como um direito humano fundamental, e estabelecendo, deste modo, o alto nível de saúde como uma meta social mundial, reconhecendo que esta só será possível através de acções intersectoriais, que promovam o desenvolvimento socioeconómico, a qualidade de vida, e a paz mundial, tendo em vista a minimização dos efeitos da desigualdade dos níveis de saúde, não só entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, bem como dentro dos próprios países, considerando-se urgentes e essenciais a definição de programas, estratégicos e de acção, de promoção de saúde.

A partir do reconhecimento da importância da implementação de acções concretas que viessem tornar realidade as metas definidas, assiste-se ao desenvolvimento da discussão sobre as formas de o fazer, nomeadamente, no contexto urbano. A meta de uma saúde para todos, de acordo com a nova concepção de saúde, vêm pressupor, não só a criação de novas unidades de cuidados primários que garantam o acesso aos cuidados básicos de saúde a toda a população, bem como à alteração de muitas unidades de saúde já existentes, ainda construídas sobre a influência do modelo biomédico, surgindo a necessidade de proceder à sua readaptação e transformação. Assim, se assiste ao desenvolvimento de novos programas estratégicos e de novas políticas que têm por missão orientar as alterações necessárias, não só na área específica da saúde, bem como em todo o ambiente urbano, através do reconhecimento da importância de uma acção multisectorial como melhor forma de potenciar o alcance de melhores condições de vida.

É neste sentido que várias organizações internacionais têm vindo a desenvolver ao longo das últimas décadas iniciativas que visam fomentar a melhoria das condições de vida das populações sobre a forma de políticas, e programas estratégicos que se expressam em novas práticas em diversos sectores. No âmbito da cidade, e, subsequentemente, da arquitectura, este trabalho tem vindo a ser feito no sentido de reconhecer o peso e a influência deste complexo sistema na afectação da saúde dos habitantes, de forma incentivar a que todas as intervenções que se operam nas cidades e nos edifícios, sejam feitas com esta consciência, não só no sentido de erradicar focos de doença, mas também de propiciar o bem-estar físico, mental social e ambiental dos habitantes das cidades, acompanhando as transformações de que são alvo as sociedades, e subsequentemente, as cidades.

2.3. Cidade Saudável – Utopia do Século XXI

A discussão sobre a necessidade de implementação de medidas que visem a promoção da saúde, bem como a sua garantia a todos os indivíduos, perante a redefinição do conceito de saúde, veio inevitavelmente a reflectir-se em contexto urbano através do questionamento dos modelos cidades existentes. Deste modo, discute-se ao longo da década de 80 do século XX, a necessidade de olhar para as cidades como um todo, de forma a conseguir construir ambientes que ofereçam melhores condições de vida, atendendo à evolução da concepção de saúde e à subsequente deslocação do foco da doença, do indivíduo para a sociedade, e do tratamento para a prevenção, partindo do reconhecimento da importância que as cidades têm, como espaço colectivo onde múltiplos factores e determinantes de saúde convergem e se relacionam (Simões, 2007)

Um dos primeiros precursores desta ideia foi o Professor Leonard Duhl, nomeadamente a partir da sua intervenção na Conferência Internacional Beyond Health Care Conference, realizada em Toronto, Canadá em 1984, onde afirmou que a ideia de uma cidade saudável deveria ser a nova utopia que as cidades deveriam tentar alcançar, contribuindo para o despertar do interesse da comunidade internacional sobre esta concepção (Simões, 2007).

Em virtude da conquista de projecção desta ideia, assiste-se em finais da década de 80 do século XX, ao início do desenvolvimento de um projecto a nível europeu por parte da OMS, que tinha por objectivo colocar a questão da saúde presente na discussão das grandes decisões e projectos urbanos das cidades europeias. A concepção deste projecto parte de uma definição de cidade saudável segundo a qual, *“uma cidade saudável é aquela que cria e melhora continuamente o ambiente físico e social, expande os recursos comunitários que permitem criar laços de suporte entre os indivíduos no desempenho das suas funções, e promove o seu desenvolvimento até ao seu máximo potencial”* (Hancock e Duhl, cit por OMS, 2000 p.5)⁸, e tinha em vista concretizar as metas entretanto definidas pela Carta de Otawa, no sentido de promover a saúde através do aumento da capacitação dos indivíduos e comunidade, de modo a poderem exercer maior controlo sobre o seu estado de saúde e de bem-estar.

2.3.1. O Movimento Cidades Saudáveis

O Movimento das Cidades Saudáveis visa, através da criação de projectos de Redes de Cidades Saudáveis, orientar o desenvolvimento de práticas locais, de modo a concretizar as metas estabelecidas pela OMS, no sentido de garantir a saúde para todos, através da mobilização dos agentes políticos e do incentivo da participação civil na elaboração e implementação de acções que tenham por objectivo a promoção das condições de vida na cidade. De forma a melhor conseguir

⁸ “A Healthy city is one that is continually creating and improving those physical and social environments and expanding those community resources which enable people to mutually support each other in performing all the functions of life and in developing to their maximum potential.” In Hancock e Duhl, cit por OMS, 2000 p.5 (tradução pelo autor)

concretizar estas intenções, o movimento das cidades saudáveis propõe a associação de cidades que se comprometam na aplicação destes princípios, promovendo o diálogo e a partilha de experiências, bem como dos resultados obtidos, através das práticas desenvolvidas (Simões, 2007).

A criação do projecto da Rede Europeia de Cidades Saudáveis em 1988 constitui a primeira iniciativa desenvolvida de acordo com estas orientações, sendo que, desde o início deste projecto, ao longo dos últimos 25 anos, se assistiu à criação de inúmeros projectos similares por todo o mundo, com escalas distintas, e atentas às características específicas dos territórios compreendidos, tal como é o caso da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, criada em Outubro de 1997. Deste modo, dada a inserção do caso português no contexto europeu, os temas de orientação estratégica considerados para o nosso país regem-se pelas metas propostas pela Rede Europeia de Cidades Saudáveis, segundo fases de 5 anos. Durante as diferentes fases, segundo as quais se estrutura este projecto, procura-se acompanhar a evolução das problemáticas inerentes ao processo de transformação do ambiente das cidades, propondo a reflexão sobre estes temas, de forma promover o desenvolvimento e a aplicação de medidas concretas que visem dar respostas aos desafios suscitados.

Enquanto as primeiras duas fases deste programa se caracterizaram pela introdução de novos modelos de trabalhar a saúde nas cidades, pelo desenvolvimento de políticas de saúde pública e de planeamento saudável, as orientações estratégicas das seguintes fases, que se desenvolveram ao longo dos últimos 15 anos, vieram propor o desenvolvimento da reflexão sobre temas mais específicos, como a equidade, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento social, tendo em consideração a necessidade de implementação de princípios como o envelhecimento activo, a actividade física e a promoção de uma vida activa dos indivíduos, no processo de desenvolvimento e aplicação de soluções práticas, de forma a melhorar as condições de vida nas cidades, através da promoção do bem-estar.

A crescente importância dada à questão da sustentabilidade nos temas de orientação estratégica estruturantes do projecto da Rede Europeia das Cidades Saudáveis ao longo dos últimos anos reflecte os efeitos do debate desenvolvido ao longo das últimas décadas sobre os efeitos do impacto da actividade humana no ambiente.

2.3.2. A Agenda 21

O início desta discussão prende-se com o processo de consciencialização desenvolvido ao longo do século XX, relativamente ao facto de a afectação negativa do meio natural ser um dos reflexos da actividade humana, nomeadamente em resultado do desenvolvimento dos processos inerentes à actividade industrial, sendo que as consequências resultantes deste processo resultam não somente na degradação dos sistemas naturais, mas sim de todos os sistemas que integram o ambiente, em todas as suas dimensões, onde se inclui, inevitavelmente, a vida humana.

Deste modo se justifica a necessidade observada ao longo das últimas décadas de procurar desenvolver novas estratégias e medidas que possibilitem a melhoria da relação entre a actividade humana e o meio ambiente, de forma a assegurar a preservação de condições de habitabilidade do planeta para as próximas gerações. Este esforço veio a resultar no desenvolvimento do princípio de desenvolvimento sustentável, definido no relatório Brundland, publicado em 1987, como sendo “um desenvolvimento que dê resposta às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (Pinheiro, 2006). Desta forma, entre os caminhos apontados para o alcance desta definição de sustentabilidade podem destacar-se os seguintes aspectos, tais como a eficiência económica, considerando a relação entre os custos financeiros e os benefícios ambientais e sociais; a equidade social, através da garantia a todos os indivíduos o direito de atender às suas necessidades e aspirações, desde que estas salvaguardem o respeito pelo próximo; a preservação ambiental, através do respeito pelo equilíbrio dos ecossistemas, e da minimização dos impactos negativos da actividade humana nestes sistemas; entre outros aspectos (Zambrano, 2008). A necessidade urgente de substancializar em acções concretas estes princípios, e compreendendo o seu valor como determinantes do bem-estar, explica que o movimento das Cidades Saudáveis os integre nas suas metas e orientações estratégicas para a promoção do desenvolvimento de novas intervenções em meio urbano.

“As questões de sustentabilidade que se colocam e os respectivos princípios podem ser muito diferenciados, e vão desde a escala global, nacional, regional, e do espaço urbano (e/ou cidade), ao espaço do empreendimento, do edifício e até ao material.” (Pinheiro, 2006 p.92)

Perante a transversalidade dos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, tal como afirma Pinheiro (2006), surge a necessidade de integração destes princípios em diferentes escalas, pelo que, entre os planos de acção de sustentabilidade desenvolvidos, podemos destacar a Agenda 21⁹, por se centrar na acção à escala local, como forma de providenciar respostas a problemas que se colocam a escalas maiores. Entre os objectivos desse projecto, destacam-se: a necessidade de criação de condições que promovam a sustentabilidade social, atendendo às questões referentes ao respeito dos direitos fundamentais da humanidade, procurando preservar e promover o bem-estar do Homem, atendendo às suas condições de vida e integração no meio ambiente; a promoção da participação dos indivíduos na tomada de decisões, através da capacitação e aumento do nível de aprendizagem dos indivíduos; e a criação de meios de execução que possibilitem o alcance de um futuro sustentável, através de medidas de carácter técnico, financeiro, educativo, legal, institucional, etc. (UN, 1992).

Deste modo, podemos concluir, que os objectivos e os princípios de acção desenvolvidos por este programa, bem como pelo Movimento das Cidades Saudáveis, são coincidentes, o que representa a

⁹ Projecto produzido em resultado da discussão realizada no âmbito da segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que se realizou no Rio de Janeiro em Junho de 1992, e que ficou também conhecida como *Conferência da Terra* ou *ECO-92*.

união de esforços verificada ao longo dos últimos anos, através do desenvolvimento de práticas intersectoriais, que visem acompanhar as transformações das sociedades, e providenciar respostas que respondam satisfatoriamente aos desafios suscitados, procurando antever situações futuras, de forma a garantir a contínua melhoria das condições de vida e do bem-estar (Simões, 2007).

Tendo presente estas orientações estratégicas, e no sentido de intervir nas cidades com o objectivo de promover o bem-estar dos habitantes das cidades, parece necessário compreender, ainda que de forma breve, quais os principais desafios que se colocam actualmente neste contexto. Deste modo, o próximo ponto deste trabalho dedica-se à reflexão sobre as características genéricas dos habitantes das cidades, procurando identificar quais os fenómenos e tendências que se verificam actualmente, bem como, quais os futuros cenários projectados, de forma a desenvolver soluções em contexto urbano que, resultando na melhoria das condições de vida, aproximem as cidades do ideal utópico desejado.

É neste contexto que o estudo demográfico surge com uma das principais ferramentas a qualquer interveniente em meio urbano, nomeadamente aos arquitectos, pois permite caracterizar quem são, e como são, os habitantes do território onde vai intervir, de modo a poder tomar decisões que melhor respondam aos desafios impostos, e antevendo os problemas que se poderão vir colocar.

2.4. Os Habitantes das Cidades

Segundo os dados disponibilizados pela ONU (2010I) sabemos que a população mundial em Julho de 2011 atingiu os 6,9 mil milhões de pessoas, sendo que se prevê, que o número de habitantes da Terra cresça para 9,3 mil milhões até o ano 2050 e em 2100 para 10.1 mil milhões. O crescimento expectável para os próximos 30 anos, estes cerca de 2,5 mil milhões de pessoas.

Este aumento da população não tem sido linear, observando-se ao longo dos últimos anos, a evolução de dois fenómenos, a urbanização e o envelhecimento, que têm contribuído para mudança do contexto demográfico mundial.

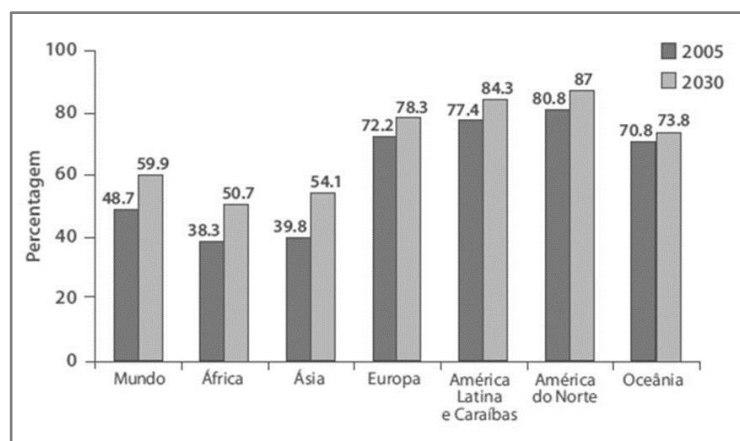


Figura 5 – Percentagem de população Urbana no Mundo, por regiões em 2005 e em 2030

Os dados estatísticos mostram também, que o número de pessoas com idade superior a 60 anos tem vindo a crescer continuamente, desde 1950, quando este grupo representava 8% da população mundial, tendo crescido para 11,2% em 2011, e sendo expectável que dentro de 40 anos se espere que este valor venha a passar para o dobro, atingindo os 22% em 2050. Deste modo, por esta altura, iremos assistir, pela primeira vez na história da humanidade, a um cenário que o número de pessoas com idade superior a 65 anos será superior ao número de crianças (indivíduos com idades entre os 0-14 anos), pois é espectável que estas representem somente 20% da população em 2050. A conjugação destes factos contribuirá para que se assista ao progressivo envelhecimento da população mundial (ONU 2010)

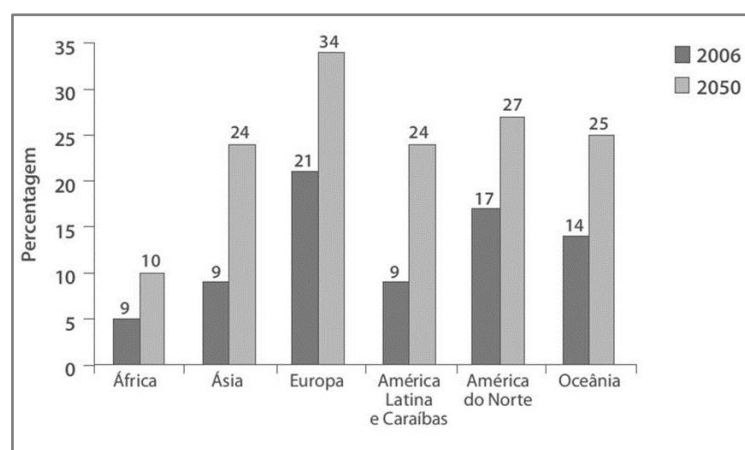


Figura 6 – Distribuição percentual da população mundial com 60 ou mais anos, por região em 2006 e em 2050

Perante estes dados, podemos, afirmar que caminhamos cada vez mais depressa para um novo cenário, um contexto em se antevê que a pressão gerada pelo acelerado ritmo de crescimento do

número de habitantes urbanos, associado ao envelhecimento, suscitará à sociedade, e subsequentemente, às cidades, desafios com os quais nunca antes nos tínhamos deparado, e que poderão contribuir para a degradação das condições físicas, sociais, económicas e ambientais das cidades.

2.4.1. Envelhecimento Demográfico, Desafio do Século XXI : o Caso da Sociedade Portuguesa

A caracterização do contexto demográfico português face ao fenómeno do envelhecimento neste documento deve-se ao facto de Portugal constituir um exemplo representativo deste cenário, não só a nível europeu, como a nível mundial, por ser um dos países onde este fenómeno se acentuou com maior expressão ao longo das últimas décadas, sendo hoje, um dos países mais envelhecidos do mundo (Rosa, 2012). Deste modo, a referência feita ao cenário de envelhecimento da população portuguesa tem por objectivo retratar a tendência de envelhecimento populacional verificada a nível global.

“O conceito de envelhecimento demográfico designa, no essencial, a progressiva diminuição do peso das gerações mais jovens a favor das gerações mais velhas. O início dessa mudança coincide em geral com a descida da natalidade, que ao substituir gerações mais plenas por gerações mais vazias, provoca a redução da base masculina e feminina da pirâmide etária e o consequente alargamento do peso das gerações mais velhas.” (Bandeira, 2012).

A partir da definição deste conceito, podemos observar que o envelhecimento da população é um fenómeno que se começou a registar a partir da segunda metade do século XX, sendo que, o que terá sido inicialmente uma característica das sociedades europeias, rapidamente se veio a transformar numa tendência mundial, embora com diferentes intensidades, de acordo com as várias áreas do globo, e o seu grau de desenvolvimento (Rosa, 2012).

O recente progresso económico, tecnológico e social, associado ao sucesso das políticas de promoção de saúde empreendidas nos últimos séculos e o seu impacto na melhoria da qualidade de vida, contribuiu para o aumento da longevidade dos indivíduos, sendo esta uma das principais razões que justificam o envelhecimento da população. Este facto é comprovado através de dados que demonstram o aumento da esperança média de vida registado ao longo das últimas décadas.

Tomando por exemplo o caso português, que como vimos, é representativo da evolução deste fenómeno a nível europeu, e mundial, observamos que esperança média de vida à nascença num período de 90 anos, aumentou para mais de o dobro, passando de 36 anos em 1920, para os actuais a 80 anos, representando um aumento de 44 anos de vida. (Rosa, 2012).

Outro dado que comprova o aumento da longevidade é o facto de se observar que em Portugal, desde 1970, o número de habitantes com idade superior a 80 anos quadruplicou, sendo hoje mais de meio milhão de habitantes (Rosa, 2012).

Porém, o fenómeno do envelhecimento da população, apesar de estar directamente relacionado com o aumento da longevidade dos indivíduos, como podemos observar através da definição de envelhecimento citada, prende-se à sua conjugação deste processo com outro factor que tem que ver com a diminuição da taxa de natalidade e a redução dos níveis de fertilidade.

Através da lógica compreendemos que para que haja a renovação das gerações, cada casal deva pelo menos dois filhos, para que, pelo menos o número de indivíduos se mantenha, porém, os números globais mostram-nos que o número de filhos, apesar da melhoria das condições de vida, tem vindo a diminuir drasticamente nos últimos anos, especialmente nos países desenvolvidos. Em Portugal, há 50 anos, a média de filhos por mulher era superior a três, e esta era uma das médias mais elevadas da Europa, porém, a capacidade de assegurar a substituição de gerações deixou de ser possível desde 1982, e actualmente, o número médio de filhos da mulher portuguesa caiu para um valor inferior a 1,4 filhos, o que nos coloca entre os países com os níveis de fecundidade mais baixos da Europa. A redução da nupcialidade, o casamento tardio, a emancipação da mulher e a sua participação no mercado de trabalho, a par da generalização dos métodos contraceptivos, e o acréscimo dos encargos sociais inerentes aos grandes agregados familiares são factores que justificam a redução do número de nascimentos ao longo do tempo, contribuindo para uma diminuição das faixas etárias mais jovens, que, quando combinadas com o aumento da esperança média de vida, contribuem para que progressivamente se assista à inversão da pirâmide etária (Rosa, 2012).

O indicador que nos permite compreender de forma mais simples o fenómeno do envelhecimento é o Índice de Envelhecimento, definido pela ONU e que serve para representar o número de pessoas com idade superior a 60 anos para cada 100 jovens com idades compreendidas entre os 0 e 14 anos (Marques, 2011).

Dentro do contexto Europeu, de acordo com os dados relativos ao recenseamento da população em 2011, Portugal surge como um dos países mais envelhecidos, com um índice de envelhecimento de 127,6 (INE 2012). Observando dados apresentados por Rosa (2012), a partir de 1960 observamos que desde então, a percentagem de no número de jovens em Portugal diminuiu de 29 % os actuais 15%, e que a percentagem de idosos neste período aumentou de 8% para uns actuais 19%. Perante estes números concluímos que, actualmente, Portugal tem um número maior de idosos do que de jovens. Projecções demográficas para o contexto português nas próximas décadas, publicadas pelo INE (2003), dizem-nos que este é um fenómeno que se espera que se acentue dramaticamente, através da apresentação de projecções que prevêem que a percentagem de população idosa em 2050 venha a representar cerca de 32% da população portuguesa, o que quer dizer que é expectável que daqui a

cerca de 40 anos, se espera que um em cada três portugueses tenha uma idade superior a 65 anos (INE, 2003).

Perante o actual cenário e as diversas projecções apresentadas, concluímos que o envelhecimento demográfico se irá registar com cada vez maior expressão nos próximos anos, pelo que, se observa que esta rápida alteração da composição da sociedade para uma situação inédita, significou o desenvolvimento de novos problemas associados a este problema.

2.4.2. Desafios suscitados pelo Envelhecimento Demográfico.

A drástica alteração da composição da sociedade verificada ao longo das últimas décadas, devido ao envelhecimento da população, veio a suscitar às sociedades desafios, que têm sido encarados com receio, apesar de serem um reflexo directo da melhoria das condições de vida. Entre esses desafios, destacam-se os seguintes:

- a) Aumento da necessidade de cuidados de saúde devido ao aparecimento de doenças crónicas não transmissíveis, ou degenerativas inerentes ao processo de envelhecimento dos indivíduos.
- b) Maior incidência das situações de isolamento e exclusão social, bem como de pobreza, que se tendem a verificar entre os indivíduos mais velhos.
- c) Diminuição da proporção de população em idade activa, resultando na quebra da capacidade de produção.
- d) Ameaça da sustentabilidade dos actuais modelos de segurança e protecção social.

Perante as questões enunciadas, compreendemos que estamos perante um momento de questionamento do actual modelo de organização e funcionamento das sociedades actuais, que se tem mostrado demasiado rígido e incapaz de acompanhar o processo de mudança registado nas últimas décadas, o que, porventura, pode ser explicado por o envelhecimento da sociedade ser uma situação inédita.

Deste modo, a necessidade de intervenção no meio urbano mostra-se urgente, uma vez que, como vimos, este é, como vimos, o habitat idealizado e construído pelo Homem, bem como, o palco preferencial do desenvolvimento deste fenómeno, pelo que, compreendemos que, a readaptação do construído poderá, não só contribuir para um maior ajustamento do meio físico às novas características da realidade social, bem como potenciar a necessária transformação ao modelo de sociedade vigente.

No contexto urbano, podemos então observar que, perante o envelhecimento dos indivíduos, diversas características espaciais se tornam desajustadas às necessidades da população. Este desajustamento pode ser observado a diversas escalas do construído, desde questões de âmbito estratégico e de

estruturação organizacional da cidade, até aos desafios suscitados por características físicas do meio urbano e dos edifícios.

Este desajustamento do meio físico à realidade social é potenciado por diversos factores e fenómenos que têm marcado o desenvolvimento das áreas urbanas ao longo das últimas décadas. Observando as características do recente processo envelhecimento da população no contexto urbano, podemos observar que fenómenos como a desertificação dos centros urbanos ou a fragmentação da coesão social, têm vindo a contribuir para a drástica degradação das condições de vida de uma crescente fatia da população, os idosos.

Esta situação é em muitos dos casos potenciada pela crescente incapacidade sentida por um cada vez maior número de indivíduos em transpor barreiras que o construído agora suscita, face à diminuição das capacidades inerente ao envelhecimento. Perante o exponencial aumento do número de indivíduos que vêm a sua vida condicionada por características espaciais, nomeadamente, os idosos, se explica que inúmeras soluções construtivas desenvolvidas e presentes no edificado desde à muito tempo, sejam hoje compreendidas como barreiras espaciais e arquitectónicas. Este facto justifica que a necessidade de desenvolvimento de novas soluções que possibilitem a transposição de obstáculos à mobilidade de todos os indivíduos ganhe um novo destaque, assumindo hoje um peso maior enquanto determinante das condições de vida e do bem-estar da população, e enquanto factor a ter em conta no âmbito da estruturação de intervenções no meio urbano.

Perante o expectável aumento da proporção da população idosa ao longo dos próximos anos, compreende-se que a necessidade de transformação dos actuais modelos de sociedade, da cidade e do construído é urgente, sob pena de se observar, a não desejada degradação das condições de vida e do bem-estar da população.

Deste modo, perante o acelerado ritmo de envelhecimento, o desenvolvimento de medidas com o intuito de travar este fenómeno, de forma tentar preservar os actuais modelos sociais não parecem constituir medidas exequíveis, pelo que, o melhor será tentar desenvolver soluções que procurem minimizar os impactos negativos inerentes ao envelhecimento, e maximizar as mais-valias que poderão advêm deste processo.

Estes desafios e receios suscitados pelo envelhecimento têm sido encarados como as principais questões a reflectir no quadro da intervenção urbana, nomeadamente através de projectos como a Rede de Cidades Saudáveis, ou a Agenda 21, de forma a desenvolver situações que respondam de forma adequada à necessidade de criação de condições que promovam a sustentabilidade social, e a garantia de boas condições de vida e bem-estar a toda a população.

2.4.3. Soluções apontadas para os desafios suscitados pelo Envelhecimento Demográfico

Perante o impacto nas sociedades dos desafios suscitados pelo processo de envelhecimento da população anteriormente referidos, a principal forma de resposta apontada debatida actualmente, como orientação estratégica no desenvolvimento das mais diversas políticas de acção, nomeadamente pela OMS, consiste na promoção do envelhecimento activo.

Esta resposta tem por objectivo principal contribuir para a optimização das capacidades de todos os indivíduos e fomentar a participação, a promoção da saúde e segurança, para a melhoria das condições de todos os indivíduos, e portanto, da comunidade.

À luz desta concepção, a promoção de um envelhecimento activo consiste em:

- a) Reconhecer o vasto leque de capacidades e recursos das pessoas mais velhas;
- b) Conseguir antever e dar respostas flexíveis e satisfatórias às necessidades e preferências relacionadas com o envelhecimento;
- c) Proteger indivíduos em situação de maior fragilidade ou vulnerabilidade
- d) Promover a inclusão, a contribuição e a participação activa na vida comunitária de todos os indivíduos.

No entanto, perante o desejo de potenciar o ajustamento dos modelos sociais a um contexto demográfico envelhecido, é necessário compreender à partida que nenhum grupo social, muito menos etário, apesar dos seus traços gerais, é homogéneo, pelo que as soluções a desenvolver deverão compreender e respeitar, não só a diversidade, bem como a rápida alteração das características dos próprios indivíduos¹⁰.

Tendo em consideração este facto, podemos observar que o envelhecimento activo depende de uma complexa conjugação de factores e questões de natureza diversa, que influenciam e determinam o processo de envelhecimento de cada indivíduo, ao longo de toda a sua vida, e não somente quando se ultrapassa uma idade específica. Deste modo é importante compreender que o envelhecimento é um processo contínuo que nos acompanha ao longo de toda a vida, desde a infância.

Perante a diversidade dos factores condicionantes, compreende-se que o envelhecimento activo, na realidade não é uma resposta exclusiva para os idosos, mas antes uma solução que pressupõe o fomento de uma contínua produção e actividade dos indivíduos ao longo de toda a vida, como forma de garantia de coesão social e geracional.

Deste modo, perante o complexo conjunto de factores apontados como determinantes do envelhecimento activo (figura 7), podemos concluir que, de acordo com a reflexão conduzida ao longo deste trabalho, estas questões constituem, na realidade, factores condicionantes do bem-estar de

¹⁰ Os traços gerais dos idosos de hoje, não serão porventura os mesmos dos idosos do passado, dadas as alterações inerentes à evolução civilizacional, pelo que se pode concluir que as características gerais dos idosos do futuro, serão necessariamente diferentes das actuais.

indivíduos de todas as idades, e não somente da população mais idosa, influenciando não só o processo de envelhecimento, bem como o estado de saúde e de segurança dos indivíduos.



Figura 7 – Determinantes do Envelhecimento Activo

Perante o actual contexto social, e dados os objectivos propostos para uma sociedade futura onde se desejam melhores condições de vida, é clara e evidente a necessidade de criação de soluções e práticas que fomentem o desenvolvimento de uma vida activa, participativa e contributiva na sociedade, desde a infância, inculcando necessidade de salvaguarda destes valores e condutas ao longo de toda a vida, atendendo às suas capacidades específicas de cada indivíduo consoante a sua idade e condição física.

Estabelecendo uma relação directa entre o envelhecimento activo e outras estratégias orientadoras das actuais políticas de promoção da saúde e da segurança, podemos então constatar que as respostas apontadas para a resolução das problemáticas associadas a estas diferentes áreas, convergem numa só solução, que consiste na capacitação e no fomento à participação de todos os indivíduos, onde, para isso se reconhece a necessidade congregação de esforços de áreas distintas através de práticas multisectoriais.

De forma a que tal seja possível, reforça-se deste modo a necessidade de promover a alteração comportamento dos indivíduos, e do funcionamento da sociedade, facto que resulta, inevitavelmente, no questionamento do actual modelo de organização social, que, com vimos, se tem mostrado tão desajustado e incapaz de acompanhar as mudanças sociais registadas nas últimas décadas. (Rosa, 2012)

Deste modo, constatamos que os ideais subjacentes ao envelhecimento activo, pela sua orientação, são na realidade, agentes catalisadores para a mudança do actual modelo social, ao pressuporem um

processo de alteração dos valores e dos comportamentos dos indivíduos, independentemente da sua idade.

A revisão do actual modelo de organização e funcionamento da sociedade assente nestes princípios, tal como sugere Rosa (2012), deverá então reflectir sobretudo sobre novas formas de situação de trabalho¹¹ e de relacionamento social, de modo a se poder proceder a uma alteração do ciclo de vida, que se impõe dadas as drásticas alterações do contexto social, com o intuito de criar um modelo de sociedade mais eficiente e sustentável, que ofereça melhores condições de vida e de bem-estar.

Tal como afirma Rosa (2012), podemos constatar que a forma como a sociedade actualmente entende a prática de uma actividade profissional estrutura-se segundo um percurso constituído por três fases distintas. A primeira compreende um período de formação, que prepara o indivíduo para a prática de uma actividade específica numa segunda fase, e por fim, a terceira fase corresponde à atribuição de uma recompensa sob a forma de uma remuneração que lhe permita deixar de prestar essa mesma actividade.

Perante a já referida necessidade de reformulação do actual modelo social, e portanto do contexto profissional, tendo por objectivo a implementação dos objectivos e medidas propostas pelo princípio da vida e do envelhecimento activo, a proposta de alteração do actual modelo profissional apresentada por Rosa (2012), merece destaque por se basear numa nova lógica de interacção entre as diferentes fases da vida, para que estas não se sucedam de modo estanque, mas que passem a coexistir de forma mais equilibrada, maximizando as capacidades dos indivíduos ao longo das diversas etapas, e o seu envolvimento nos processos de mudança da realidade social, tendo como resultado uma maior coesão social, e uma maior realização pessoal.

Na reflexão desenvolvida por Rosa (2012) relativamente às alterações a implementar numa primeira fase da vida dos indivíduos, a autora propõe que se proceda apenas a pequenos ajustes, uma vez que, dadas as características da sociedade contemporânea, seja elementar um período de formação base que possibilite a aprendizagem de conhecimentos gerais que sustentem a prática e a formação específica das diversas áreas de conhecimento e de trabalho. Porém, a autora ressalta o facto de poder ser benéfico para que a partir de certa idade os estudos formativos possam ser acompanhados por algum trabalho a tempo parcial, de modo a poderem conhecer melhor, e inclusive experimentar, algumas áreas em que possam ter interesse em desenvolver a sua prática profissional nas fases posteriores. Esta prática contribuiria também para que os jovens conseguissem concretizar os seus desejos mais cedo, potenciando o amadurecimento e conquista de autonomia.

No entanto, é relativamente à fase activa, e pós-activa, que Rosa (2012) propõe que sejam feitas alterações mais profundas, com o principal propósito atenuar a barreira que hoje existe entre estas duas

¹¹ A reformulação da situação de trabalho e do desenvolvimento de actividades produtivas tem especial importância, pois representa uma área concreta da vida de um indivíduo que se assume como determinante do desenvolvimento de uma vida activa, e que influencia a capacidade de relacionamento e integração social.

fases, de modo a que estas não se excluam, mas que decorram de forma simultânea e complementar ao longo de toda a vida de um indivíduo. A ideia defendida pela autora, segundo o qual, a integração do tempo de descanso de forma mais equilibrada ao longo de toda a vida, através de uma diminuição geral da intensidade produtiva e da adequação das actividades desenvolvidas às diferentes etapas da vida dos indivíduos, resultaria na expansão do período produtivo, começando mais cedo e acabando mais tarde, consiste precisamente no princípios subjacentes à ideia do envelhecimento activo.

Desta forma, contribuir-se-ia para que o tempo dedicado à produção deixe de ser apenas afecto a um período específico e limitado da vida, e seja distribuída de forma mais equilibrada, ao longo de toda a vida a actual sobrecarga horária relativa ao trabalho. Deste modo, através da redução da carga horária, a actual fase da reforma, dedicada sobretudo ao lazer e ao descanso, poderia, à semelhança da formação, ser distribuída de forma complementar ao longo da vida, resultando numa eventual redução das frustrações dos indivíduos na fase adulta. Tendo como propósito a promoção da realização dos desejos dos indivíduos e o alargamento da actividade produtiva, a formação contínua permite que os indivíduos sejam incentivados a desempenhar ao longo da sua vida mais do que uma actividade. Isto é, a partir do desempenho de uma actividade principal, e através da formação contínua, o indivíduo seja capaz de preparar a sua transição para outras áreas de actividade, mais adequadas à evolução dos seus interesses e das suas condições de vida, promovendo assim, a realização de projectos pessoais até que as suas condições de vida o permitam. Deste modo, enquanto a primeira actividade pode fazer uso da vitalidade característica das idades mais jovens, as actividades sucessivas podem estar associadas ao conhecimento (que se manteria actualizado através da formação contínua), tirando partido da experiência e da maturidade conquistada

Perante o objectivo de promoção do envelhecimento activo através do prolongamento da actividade profissional, bem como da integração social e do combate à exclusão, coloca-se como necessário a aprendizagem ao longo da vida (Rosa, 2012).

Este princípio está directamente associado ao envelhecimento activo, e ao conceito de vida activa que lhe é subjacente, pressupondo a contínua capacitação dos indivíduos. Este processo, visa não só desenvolver as competências de cada um, mas também contribuir para a melhor adaptação dos indivíduos ao contexto social onde estão inseridos, estimulando a participação activa neste processo de mudança social, nomeadamente, através do incentivo ao empreendedorismo, para que, também o meio ambiente seja alterado consoante as reais necessidades da comunidade pelos próprios intervenientes.

Outro resultado do processo de capacitação contínua dos indivíduos consiste no desenvolvimento de condições que poderão propiciar uma maior realização pessoal em todas as etapas da vida, facto que se traduz no aumento do bem-estar, e que a nível profissional poderá significar numa maior hipótese de desenvolvimento de actividade em áreas distintas consoante os interesses específicos dos indivíduos em cada momento da sua vida. A aprendizagem ao longo da vida, ou seja a capacitação contínua, contribui ainda, para que os indivíduos tenham um papel mais activo e optimizado na sociedade onde se inserem,

assistindo-se a diminuição das barreiras que o conhecimento, ou a falta dele, por vezes estabelece, e permitindo estabelecer de forma mais facilmente o diálogo entre as várias gerações e culturas, atenuando os riscos de desintegração ou exclusão social.

Como foi constatado ao longo do desenvolvimento deste trabalho, a repercussão das alterações verificadas na sociedade no território, e em especial no contexto urbano são imediatas, e, porventura, profundas. Sendo a cidade o Habitat construído e idealizado pelo Homem, e pelas comunidades, perante as alterações e mudanças referidas, podemos concluir que a necessidade de adaptação do meio edificado às novas necessidades dos seus habitantes não só é inevitável, como preponderante na vida e no bom funcionamento das cidades.

O valor e o significado do território para um indivíduo, ou comunidade, já foi alvo de reflexão no início deste trabalho, pelo que, tendo presente este facto no actual contexto social, facilmente compreendemos que o ambiente físico se assuma como um facto determinante do processo de envelhecimento. De facto, a necessidade de todos os indivíduos viverem num meio envolvente que lhes proporcione apoio e permita a capacitação é transversal a toda a sociedade, porém este papel de suporte do meio envolvente é acentuado ao longo do envelhecimento, pois idealmente, deste modo se conseguem compensar as mudanças físicas e sociais associadas a este processo (OMS, 2009).

Deste modo, podemos concluir que um ambiente que providencie apoio e capacite os indivíduos ao longo do processo de envelhecimento é algo que favorece não só os idosos, mas sim toda a população e comunidade. Assim, a intervenção no espaço edificado, nomeadamente nas cidades, com o intuito de poder responder aos desafios suscitados pelo envelhecimento, resultará na melhoria das condições de vida de toda a população. Isto é, a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade no espaço construído, a promoção de um ambiente que fomente as boas condições de segurança e de saúde, a aposta no incentivo à participação e à coesão social, e subsequentemente, o combate ao isolamento e à exclusão social, entre outras medidas já referidas, como vimos, poderão resultar na melhoria das condições de vida de população idosa, bem como de toda a população.

No âmbito da adaptação do território às novas necessidades de uma população em envelhecimento, é de referir o trabalho desenvolvido pela OMS, através do desenvolvimento do projecto “Cidades amigas dos Idoso” (OMS 2009). Neste projecto, através da realização de entrevistas a grupos de habitantes com idades superior a 60 anos, bem como de cuidadores e prestadores de serviços, de 33 cidades do todo o mundo, procurou-se criar uma forma que estimulasse a participação dos idosos nos processos de tomada de decisão, de forma a tentar compreender quais as características existentes nas cidades que contribuem para um envelhecimento saudável, quais os maiores obstáculos que este ambiente apresenta a este processo, e, por fim, o que poderia ser feito para que pudessem ser melhoradas as condições de saúde, segurança e participação. Este projecto teve como resultado final, a publicação de um documento, que sintetiza as conclusões alcançadas, e providencia alguns pontos de orientação estratégica na

estruturação de intervenções no contexto urbano com o sentido de melhorar as condições de vida e de bem-estar da população idosa.

Deste modo, foram através deste projecto foram identificadas as seguintes áreas a considerar no âmbito da intervenção com o objectivo de criar melhores condições para o envelhecimento (figura 8):



Figura 8 – Áreas a Considerar numa Cidade Amiga do Idoso

Este guia vem reforçar a ideia de que o espaço urbano (os espaços públicos, a paisagem, os edifícios, a habitação, as ruas, etc.), bem como os sistemas de transporte, têm um papel determinante para a boa mobilidade, para o desenvolvimento de comportamentos saudáveis, e para a participação social, bem como para o isolamento, a inactividade e a exclusão, pelo que as intervenções operadas neste contexto deverão ter presente esta responsabilidade.

Deste modo, uma característica apontada como fundamental para a criação de um ambiente que promova o envelhecimento saudável, consiste na necessidade de elaboração de projectos que contemplem a diversidade, como forma de apoio à real maximização das capacidades de todas as pessoas. Este aspecto deverá ser considerado no âmbito estratégico, na estruturação programática dos espaços, bem como na construção formal, através de soluções espaciais que promovam a capacitação, em vez de impor barreiras, e que reforcem a incapacidade. Este cuidado deverá então reflectir-se em todas as questões afectas ao planeamento e desenho do espaço urbano, reforçando a necessidade de garantir a acessibilidade, a todos os níveis.

Outra conclusão resultante da elaboração deste projecto é a de que um ambiente que propicie o envelhecimento saudável, deverá apostar na promoção da solidariedade entre gerações, e no reforço dos

laços sociais entre os membros da comunidade, nomeadamente através no fomento do estreitamento de relações familiares, profissionais, e de vizinhança.

Perante os aspectos abordados neste ponto, a partir dos dados referidos, no seguimento da reflexão conduzida ao longo deste trabalho, só podemos tirar uma conclusão que é a de que a resposta aos desafios colocados actualmente pelo envelhecimento da população, só será possível se se proceder a uma abordagem integrada e centrada na forma como as pessoas vivem.

2.5. Conclusão de Capítulo

A partir da reflexão conduzida ao longo do presente capítulo pretende-se concluir que a intervenção em contexto urbano, inerente à vida das cidades, resultará na melhoria das condições de vida da população das áreas urbanas, tanto quanto mais clara for a consciência dos conceitos que estão associados a este sistema complexo e dinâmico, enquanto habitat idealizado e construído pelo Homem.

Deste modo, a atenção dada às questões relativas à segurança e à saúde dos habitantes das cidades ao longo do presente capítulo, deve-se não só ao papel que estes aspectos tiveram no contexto da evolução das áreas urbanas e das tipologias do edificado, fazendo do construído o que ele é hoje, isto é, pela importância que estas duas condicionantes do bem-estar têm nas cidades e nos edifícios actuais, bem como na intenção de construir, ou seja, na projecção dos espaços das cidades do futuro.

Assim, o cuidado com os aspectos relativos à segurança e à saúde, que foi sendo materializado na cidade através da construção de novos edifícios e novas concepções espaciais, pelo desenvolvimento de novas soluções técnicas, como tivemos oportunidade de observar, ainda hoje se mantém presente, legitimando a necessidade reflexão sobre estes aspectos na constante adaptação do construído inerente ao processo de construção da cidade, compreendendo a necessidade de desenvolvimento de práticas intersectoriais perante as actuais concepções destes conceitos.

A inclusão destes aspectos nos processos de construção do ambiente urbano, estão hoje presentes através das orientações providenciadas por políticas e programas de carácter estratégico produzidos por diversos organismos políticos e sociais de âmbito internacional e nacional (como são os exemplos referidos: Agenda XXI e Movimento de Cidades Saudáveis) que visam contribuir para que as intervenções operadas nas cidades resultem na melhoria das condições de vida da população das cidades, de forma mais rápida e com menor sacrifício de recursos, através da adopção de práticas que se insiram dentro do modelo de desenvolvimento sustentável.

Analisando então, os desafios que actualmente se colocam no contexto urbano, justifica-se o destaque dado à questão do envelhecimento da população por constituir uma situação inédita, registada ao longo das últimas décadas, e com previsões de agravamento nos próximos anos, o que

explica, não só os receios desenvolvidos pela sociedade relativamente a este fenómeno, bem como a necessidade urgente de intervir no espaço edificado, de forma a acompanhar esta transformação da sociedade, procurando salvaguardar as boas condições de vida e de bem-estar da população, e da cidade, enquanto organismo vivo. Deste modo, a capacidade de se conseguirem providenciar respostas aos desafios que o envelhecimento hoje suscita, são condição primordial para que se consiga respeitar a génese da cidade, para que esta se mantenha viva e saudável, e se aproxime da utopia inerente à sua existência, que como vimos, reside no alcance de condições de vida consideradas ideais para todos os seus habitantes.

Deste modo, concluímos este capítulo ressaltando o facto de que a resposta a muitos dos problemas que se colocam às sociedades tem, inevitavelmente, de compreender a relação entre o Homem e o território, nomeadamente através do gesto de construir no construído. Dado o acelerado ritmo de transformação característico das sociedades actuais, potenciada pelo desenvolvimento tecnológico e científico, o espaço deverá, então, possuir características que permitam a sua rápida adaptação às novas situações e desafios suscitados, nomeadamente de soluções que sejam flexíveis e sustentáveis, sob pena de se tornarem obsoletos, contribuindo para o desperdício de recursos, e para a afectação do funcionamento da cidade, através da incapacidade de resposta às necessidades sentidas pelos indivíduos, contribuindo para a degradação das condições de vida e do bem-estar, provocando a doença da(na) cidade.

Deste modo, podemos concluir que a intervenção em contexto urbano poderá, não só, dar resposta às necessidades sentidas, bem como catalisar a mudança de comportamentos e mentalidades necessária para fazer face às alterações verificadas no contexto social, nomeadamente, para a mudança de modelos de organização, funcionamento e estruturação da sociedade.

A proposta de novas soluções de arquitectura, através do redesenho do espaço urbano, da eliminação de barreiras arquitectónicas (quando necessárias e possíveis), de desenvolvimento de novas tipologias, de novos usos, etc., atentas à evolução e mudanças verificadas na sociedade, têm um papel preponderante para a contribuição da melhoria da relação entre os indivíduos e o meio ambiente, contribuindo para a melhoria das condições de vida e do bem-estar, cumprindo assim o seu propósito primordial de materializar as intenções de construção de um ambiente ideal.

Capítulo III - Construir no Construído: Novas Soluções para a Zona Industrial de Alcântara

3.1 (Nota Introdutória)

A escolha de Alcântara como caso de estudo no âmbito da reflexão conduzida neste trabalho, sobre a relação entre as transformações operadas na cidade e a evolução da sociedade, justifica-se por esta ser uma parte integrante da cidade, repleta de marcas que demonstram a natureza desta relação entre o Homem e o território, que constitui o objecto de estudo deste trabalho.

Deste modo, a reflexão conduzida neste capítulo começa por uma análise histórica deste local, procurando demonstrar o modo como se construiu esta área urbana ao longo do tempo, interpretando a natureza e os motivos dos gestos operados neste território que contribuíram para a sua evolução e relacionando-os com os temas e ideias desenvolvidos no capítulo anterior. Através desta análise, pretende-se demonstrar de forma concreta, que os desafios impostos às sociedades, e subsequentemente, às cidades, referidos no capítulo anterior de forma genérica, também aqui se verificaram, e perceber que os problemas actuais, e futuros, enunciados, também aqui se colocam.

Desta forma, se pretende, através do desenvolvimento de uma nova proposta de intervenção na zona de Alcântara, formular soluções concretas aos desafios actualmente impostos a este território, e à população que o habita, seguindo as orientações estratégicas existentes (Rede de Cidades Saudáveis, Agenda 21). Esta proposta tem como propósito a implementação de soluções que visem tornar reais as respostas apontadas no capítulo anterior, promovendo a adaptação dos modelos sociais existentes, com o objectivo de contribuir para a criação de melhores condições de vida da população de Alcântara, através da melhoria do seu bem-estar, aproximando esta área urbana da utopia hoje proposta à cidade, que reside tentativa de a aproximar, tanto quanto possível, de uma verdadeira cidade saudável.

3.2. O Homem e Alcântara

3.2.1. Origens

A margem norte do Tejo, onde hoje se localiza Lisboa, é caracterizada por diversas elevações e vales que conduzem para o rio pequenos cursos de água. Localizado a nascente da Serra de Monsanto, o Vale de Alcântara é um desses vales, sendo que neste corre uma ribeira com o mesmo nome, cuja bacia hidrográfica compreende diversos territórios que hoje constituem a zona metropolitana de Lisboa.

A escolha deste vale para a ocupação humana deveu-se primeiramente às condições naturais que aqui se reúnem. A protecção oferecida pelas encostas associada à presença de um curso onde a presença de água é constante ao longo de todo o ano, dadas as grandes dimensões da sua bacia hidrográfica que contribuem para o arrastamento para estas terras de diversos nutrientes, o que propiciou em primeiro lugar a actividade colectora, e mais tarde o cultivo, explicando-se assim, que nesta região se encontrem vestígios de ocupação humana desde o período Pré-Histórico (Bártolo, 2005).

Porém, ao olhar para Alcântara actualmente, observamos que as transformações operadas no território foram tantas, e tão profundas, que, é com algum esforço que conseguimos identificar vestígios da estrutura natural deste vale, muito menos da ribeira e da ponte que terá dado o nome a este local¹².

Antes ainda do início da intensificação da ocupação humana deste local, esta zona junto à foz da ribeira de Alcântara, era constituída maioritariamente por extensos areais e sapais que se estendiam frente às encostas e elevações junto a ambas as margens desta ribeira (Bártolo, 2005).

A construção de um pequeno aglomerado urbano nesta zona, começou por se desenvolver na margem nascente deste vale, junto ao ponto onde a ponte possibilitava a travessia sobre a ribeira, sendo que a outra margem do vale, foi até ao século XVIII marcada pelas explorações agrícolas que aqui se desenvolveram nomeadamente pomares e vinhas, bem como pela extracção de pedra de Lioz, e outras pedras calcárias, a partir das quais se fazia a cal das pedreiras existentes no topo da encosta, sendo que a expansão do aglomerado urbano para esta margem ao longo da estrada que se estendia junto à margem do Tejo em direcção a Belém, só terá acontecido mais tardiamente.

Entre os edifícios mais importantes construídos na parte ocidental de Alcântara antes do século XVIII, destaca-se a Ermida de Santo Amaro, construída em meados do século XVI no tipo de uma elevação próxima da margem do rio, o Convento de Nossa Senhora da Quietação¹³ ainda durante o mesmo século, e a construção do Mosteiro do Monte Calvário¹⁴ já no século seguinte (Bártolo, 2005).

¹² O nome Alcântara, advém do árabe «Al-Kantara» que significa “ponte de pedra” (Morais da Silva Cit. Por Bártolo, 2005 p. 33)

¹³ O Convento de Nossa Senhora da Quietação, aqui fundado em 1586 pelo Rei Filipe II, e é um projecto atribuído o Arquitecto Real Nicolau de Frias, que acabou por ficar também conhecido por Convento das Flamengas, devido ao facto de este ter sido construído para albergar um grupo de monjas clarissas fugidas da Flandres por ocasião das perseguições calvinistas (Bártolo, 2005 p.37)

¹⁴ Mosteiro fundado por D.Violante de Noronha, na sua propriedade da Quinta do Pôrto. Seria a presença deste mosteiro que viria a dar nome a este local, ainda hoje conhecido como Largo do Calvário (Bártolo, 2005 p.37)

Destaca-se também no século XVII, o início da construção de um Palácio Real por ordem do rei D. Filipe II, em frente ao Mosteiro do Monte Calvário, numa quinta que entretanto entrara na posse da casa real (Bártolo, 2005). Foi a predilecção por este espaço por parte dos seguintes monarcas que contribuiu para o sucessivo alargamento e melhoramento deste palácio, assim como de toda a quinta, através da sucessiva aquisição de propriedades limítrofes, que veio a resultar na instituição da Real Tapada de Alcântara, por parte do rei D. João IV, hoje conhecida como Tapada da Ajuda. A escolha de Alcântara pelos monarcas, contribuiu também para o desenvolvimento do núcleo urbano nas proximidades do Paço Real, levando a que diversas famílias da nobreza procurassem construir casa nas proximidades, das quais ainda hoje restam vestígios ao longo da estrada para Belém, na zona da Junqueira (Bártolo, 2005).



Figura 9 – Paço Real de Alcântara | Figura 10 - Perspectiva do Sítio do Calvário, 1679 e 1727

3.2.2. Início da industrialização

Porém, é a partir do século XVIII que se começam a registar as maiores alterações deste território, com o início da fixação de indústrias neste local, bem como, pelos efeitos causados na cidade pelo terramoto e maremoto que destruiu o antigo centro da cidade em 1755.

Os topos das encostas, e as margens da ribeira de Alcântara, eram marcadas pela presença de moinhos de vento e moinhos de maré, que conviviam com a actividade desenvolvida nas pedreiras e nos fornos de cal, e com o enorme estaleiro naval que se desenvolvia ao longo de toda a frente ribeirinha, desde Belém a Xabregas, o que confirma quem, ainda antes da industrialização, o vale de Alcântara já era considerado um local propício para o desenvolvimento de actividades produtivas (Bártolo, 2005). Deste modo, a escolha deste local para a instalação das primeiras unidades industriais deve-se às condições aqui reunidas, que se prendem com, a proximidade de um grande centro urbano, Lisboa; as boas condições de acessibilidade, quer a nível fluvial, quer a nível terrestre; a presença de água, essencial para a indústria, quer como fonte de energia, quer para outros fins; e a disponibilidade de espaço livre essencial ao desenvolvimento destas actividades.

Estes motivos justificam que, em finais do século XVII, se assista à construção da primeira grande unidade fabril construída em Alcântara, a Fábrica da Pólvora¹⁵, movida pela energia hidráulica providenciada pela ribeira. Após a construção desta fábrica, e também por ordem da coroa, assiste-se ao longo do século XVIII, à instalação em Alcântara de diversas manufacturas, tal como é o caso da Real Fábrica das Sedas e da Real Fábrica de Serralharia, bem como da Real Cordoaria num novo edifício construído na praia da Junqueira nas proximidades de Alcântara. A iniciativa régia foi acompanhada pela iniciativa privada, através da fixação sucessiva de pequenas indústrias em Alcântara, nomeadamente de estamparias e de manufacturas de curtumes, ao longo de todo o século XVIII (Bártolo, 2005). No entanto, o grande impulso para a expansão da actividade industrial em Alcântara dá-se após o terramoto de 1755, pela mão do Marquês de Pombal, com a reconstrução e reestruturação da cidade.

É por esta altura, que se regista o aumento do número de habitantes deste território devido à concentração neste local de população desalojada pelos efeitos devastadores da catástrofe que se abatera sobre o centro da cidade, e que tinha conduzido à sua destruição. Deste modo, a existência de mão-de-obra disponível no local, associada às características já referidas que legitimam a escolha deste do Vale de Alcântara para o desenvolvimento de actividades industriais, contribuem para que se inicie o processo de profunda alteração desta zona.

A evolução das actividades industriais em Alcântara, quer na sua dimensão, quer no desenvolvimento dos processos tecnológicos empregues, contribuem para que se assista ao início da construção de novos edifícios, com o intuito de albergar processos que antigamente se faziam ao ar livre, tendas ou telheiros, bem como dos novos processos de produção. Este facto contribui para a mudança da imagem da paisagem desta zona, que, a partir desta altura, vê as suas atingas quintas e propriedades rurais ou de recreio, sucessivamente transformadas pela ocupação de unidades industriais e de edifícios de habitação, imprescindíveis para albergar uma população crescente. No decorrer deste processo de industrialização, nem as propriedades da coroa em alcântara ficam a salvo, uma vez que até o antigo Palácio Real, votado ao abandono e à degradação após o terramoto de 1755, vem a ser arrendado já no reinado de D. Maria I para a instalação de uma fábrica têxtil.

¹⁵ Inicialmente localizada no morro de Santa Catarina, esta fábrica foi transferida para este local com o intuito de tentar livrar o centro da cidade dos perigos inerentes ao fabrico e ao armazenamento deste produto, sendo que com o crescimento do núcleo urbano de Alcântara ao longo do século XVIII, o fabrico da pólvora foi de novo transferido, desta vez para Barcarena.

3.2.3. Desafios impostos em Alcântara pela Industrialização

No caso de Alcântara, podemos então observar que os desafios que surgiram com o crescimento do núcleo urbano no decurso da proliferação da actividade industrial são, de modo genérico, os mesmos que se colocaram a muitas outras cidades, bem como a muitas outras zonas da cidade de Lisboa.

Deste modo, observa-se que desenvolvimento do núcleo urbano de Alcântara, que começou por acontecer de forma orgânica, sem quaisquer tipos de planos ou regras, verificando-se a concentração do construído junto às principais vias de circulação e pontos de maior importância, nomeadamente, junto da estrada que atravessava esta zona e que partia de Lisboa, e se estendia para Poente, junto à margem do rio.

Porém, com o crescimento da população, observa-se a proliferação de construção de habitações que ofereciam fracas condições de habitabilidade. Em virtude desta situação, e servindo de exemplo sobre a afectação da saúde dos habitantes da cidade com a industrialização descrita no capítulo anterior, observa-se uma diminuição da população de Alcântara de 9830 habitantes em 1801, para 6627 em 1840, que se deve sobretudo a um surto de cólera que surgiu nesta zona por volta do início da década de 30 do século XIX. De facto, a saúde da população de Alcântara, como a de toda a cidade de Lisboa viria a ser posta à prova ao longo de todo o século XIX, pelo surgimento de diversas doenças infecto-contagiosas responsáveis pela morte de boa parte da população nacional, bem como do próprio monarca D. Pedro V e de sua mulher, a Princesa D. Estefânia.

Em Alcântara, à semelhança do que aconteceu em muitas outras cidades industriais, como já foi referido no capítulo anterior, também se verificou a construção de habitações para os operários por parte de alguns industriais, se bem que esta prática coexistiu com o fenómeno da especulação imobiliária, uma vez que a construção e arrendamento de fogos destinados à habitação para uma população crescente rapidamente mostrou ser um negócio lucrativo.

“Os próprios chamados bairros operários, ultimamente abertos, são poçanheiras asfíxicas sem beleza nem graça, em pátios lúgubres, terrenos de refugio em mau acesso, mal expostos, mal calafetados, mal enxutos, com a higiene função da estupidez dos mestres-de-obras trazida à corda pela sofreguidão cruel dos senhorios...” (Fialho de Almeida Cit. Por Gaspar 2007 p.32)

No entanto, foi a necessidade de conseguir albergar um número crescente de habitantes, associada à urgência de melhoria das condições de vida nesta zona, que conduziu a que se procedesse, no último quartel do século XIX, à construção de novos bairros em Alcântara, mas desta vez, através da iniciativa pública.

“Portanto, a primeira coisa é mandar abaixo os burgos malditos: logo drenar o solo das sâbias pútridas de séculos, lançar a canalização hermética, com escoantes ao rio e água a cachões - ou

revertendo dejectos para montureiras que a química trate e inofensiva...” (Fialho de Almeida Cit. Por Gaspar, 2007 p.32)

Deste modo, a construção do novo bairro do Calvário¹⁷, bem como dos quarteirões ao longo da encosta do Alto de Santo Amaro, segundo uma malha ortogonal, denunciam a preocupação em assegurar a boa insolação e ventilação dos edifícios, de forma a providenciar melhores condições de habitação. O desenho destes novos bairros contempla também a criação de novos espaços público, nomeadamente, de um jardim no Alto de Santo Amaro, e a arborização das ruas, que revelam não só o cuidado com a questão da qualidade do ar, bem como da necessidade de criar novos espaços de encontro da população. Deste modo, podemos interpretar este gesto como a primeira reforma urbana de Alcântara, marcada pela implementação de medidas higienistas características deste período específico, de acordo com a concepção de saúde como ausência doença, à luz dos ideais da época, e que reflectem a necessidade de encontrar soluções que resultassem na melhoria das condições de saúde da população e no melhor funcionamento da cidade.



Figura 12 – Planta da frente ribeirinha de Lisboa entre Alcântara e a Baixa Pombalina em 1807

Ao longo da segunda metade do século XIX, a partir desta reforma urbana operada em Alcântara, assiste-se progressivamente ao início da fragmentação deste território, definindo-se uma separação clara entre a zona habitacional e a zona industrial. Enquanto a zona habitacional se veio a desenvolver ao longo da encosta até ao início da tapada da Ajuda, a zona industrial foi-se expandindo junto à frente ribeirinha através da construção sucessiva de aterros, que ligaram esta zona com o novo porto construído entretanto construído neste novo território conquistado ao rio que se estendia desde o Cais do Sodré, até à zona de Alcântara. No entanto, esta fragmentação do território veio a ser acentuada pela construção de novas infra-estruturas, nomeadamente de estradas e linhas férreas, quer ao longo do vale de Alcântara, quer ao longo da nova frente ribeirinha resultante da construção do aterro, resultando na concentração importantes vias de comunicação e de acessibilidades precisamente em Alcântara. O crescimento desta zona, quer a nível industrial, quer a nível habitacional, passa então a

¹⁷ Construído nos antigos terrenos da Quinta Real de Alcântara, obrigando à demolição do antigo Paço Real para dar lugar à construção de novos arruamentos e de lotes destinados à construção de edifícios de habitação, sendo que do conjunto de antigos edifícios da antiga quinta, o único sobrevivente é o edifício onde costumavam funcionar as antigas cocheiras, que se encontra hoje no Largo do Calvário ao lado da antiga capela do Mosteiro do Calvário, onde hoje funciona uma esquadra da Polícia de Segurança Pública.

dever-se em grande parte, ao desenvolvimento de uma nova rede de transportes públicos, possível devido às infra-estruturas aqui construídas, contribuindo para o aumento da população em Alcântara.

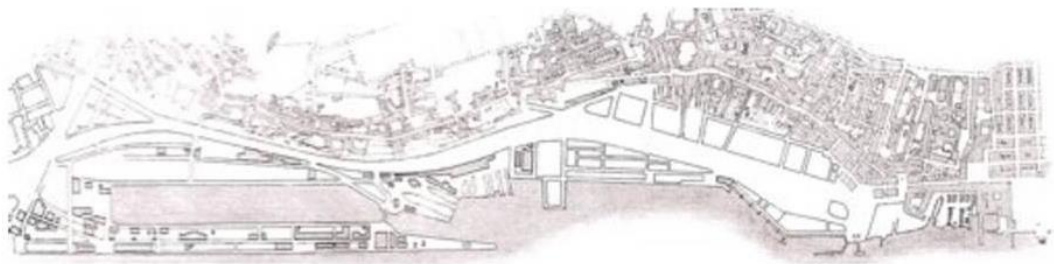


Figura 13 - Planta da frente ribeirinha de Lisboa entre Alcântara e a Baixa Pombalina em 1911

No entanto, durante o século XX, nomeadamente, até finais da década de 60, a concentração de infra-estruturas rodoviárias na zona de Alcântara, intensifica-se, registando-se durante a campanha de construção de grandes obras públicas promovidas pelo Estado Novo, primeiramente, a construção da Avenida de Ceuta, responsável pelo encanamento de parte da ribeira de Alcântara, seguida pela construção do Viaduto Duarte Pacheco, e sucedida pela construção da primeira ponte que estabelecia a travessia do Tejo em Lisboa, então baptizada com o nome de Ponte Salazar, hoje conhecida como Ponte 25 de Abril, cuja construção de acessos e pilares da estrutura, obrigou ao deslocamento da população para outros locais da cidade, devido à destruição de partes do núcleo urbano.

Este desenvolvimento da rede viária foi também acompanhado neste período pelo crescimento da actividade portuária, e da intensificação do tráfego ferroviário, que no transporte de mercadorias, quer no transporte dos habitantes que continuaram a fazer aumentar os limites da cidade, através da sua expansão para novas áreas entretanto urbanizadas.

Deste modo, é durante o século XX, devido ao crescimento exponencial dos limites da cidade e dos centros urbanos, que as antigas zonas suburbanas e porventura, industriais, ganham uma nova centralidade, ganhando uma nova centralidade, através da expansão da malha urbana. Deste modo, é durante o século XX, e com o crescimento da área urbana de Lisboa que Alcântara deixa de ser uma zona periférica, fazendo com que este território passa a ser parte integrante do actual centro urbano de Lisboa.

3.2.4. Desindustrialização de Alcântara



Figura 14 – Ortofotomapa de Alcântara, 2012

Este fenómeno coincide com o início da deslocação das indústrias para outras zonas periféricas das cidades, associado a um processo de desindustrialização, que marca a dinâmica de transformação das áreas urbanas ao longo da segunda metade do século XX.

O fenómeno da desindustrialização dos centros urbanos, bem como de todo o país, observa-se sobretudo a partir da década de 70 do século XX. Este facto deve-se principalmente à crise económica que se faz sentir nesta altura em Portugal, uma crise potenciada pela revolução que causou a mudança do regime político e o período de conturbação social que se seguiu, que contribuiu para o agravamento de uma crise económica com raízes internacionais, afectando negativamente todo o tecido industrial português. Deste modo, a necessidade de reorganização da indústria, que procura novos modelos de produção mais eficientes e com custos de produção menores, justifica a transferência actividade industrial, ainda existente, para fora dos centros urbanos, onde não só os terrenos têm um custo menor, bem como disponibilizam espaço disponível para acolher os novos processos de produção industrial, ou mesmo para outros países menos desenvolvidos, onde os custos de produção são ainda mais reduzidos.

Assim se assiste ao início do processo de desindustrialização de Alcântara, que começa com o encerramento das fábricas ao longo do eixo da ribeira, fazendo com que a actividade industrial se concentre na zona entre a Rua 1º de Maio e a Avenida da Índia, onde funcionaram até meados dos anos 80 as últimas unidades industriais de Alcântara, e onde ainda hoje se localiza o parque e oficinas da Carris.

Este processo contribuiu para a criação de grandes vazios urbanos nos antigos lotes industriais, agora localizados em zonas centrais da área urbana devido à expansão ao seu redor, e que contribuem para aprofundar a já existente fragmentação do território.

Face a este fenómeno, e em consonância com a tendência seguida por tantas outras cidades que se viram a braços com estes grandes vazios urbanos agora existentes no centro das cidades, também em Alcântara surge a discussão sobre o destino destes “novos” espaços e dos edifícios aqui existentes.

3.2.5. Propostas desenvolvidas para a Zona industrial de Alcântara

Na última década do século XX, como vimos, assiste-se à discussão sobre o destino a dar a estes grandes espaços e edifícios agora vazios com a deslocação da indústria para fora do centro das cidades. Na maioria dos casos, em torno destes espaços, desenvolve-se a especulação imobiliária, enquanto se decide o futuro destes novos terrenos disponíveis no centro da cidade.



Figura 15 – Fotografia de maquete da proposta de projecto para Alcântara do Arqt. Álvaro Siza, 2003

Figura 16 – Perspectiva da proposta de projecto para Alcântara do Arqt. Sua Kay, 2004

No caso específico de Alcântara, o desenvolvimento de propostas para estes espaços têm-se desenvolvido com especial atenção sobre a antiga zona ocupada por diversas indústrias, entre a Rua 1º de Maio, e a Avenida da Índia, com a apresentação de diferentes projectos para esta zona específica, desenvolvidos por diversos arquitectos, portugueses e estrangeiros. Entre estes, destacando-se os projectos: do arquitecto Siza Vieira, que propunha a construção de três torres com cerca de 100 metros de altura, apostando no desenvolvimento de usos em altura, procurar libertar o espaço do solo para a criação de novo espaço público; do arquitecto Jean Nouvel, que visava o desenho de quarteirões que conformavam um sistema de ruas e pátios no seu interior, optando pela ocupação de grande parte do espaço com o edificado; do arquitecto Mário Sua Kay, que explora a densificação máxima do solo, mas sem exceder uma cêrcea máxima de 25 metros; e o projecto dos arquitectos Frederico Valsassina e Manuel Aires Mateus, que se baseia na abertura de novas ruas perpendiculares à linha de margem, estabelecendo ligações com a zona habitacional de Alcântara, e formando novos quarteirões onde se implantam paralelamente, e ao longo das novas ruas, de modo a potencializar a relação entre as construções as antigas unidades industriais reabilitadas e reconvertidas

a nível funcional, integrando-as na malha urbana, e propondo a construção de um novo conjunto de edifícios (que não ultrapassariam os oito pisos de altura), entre os quais seria proposta a criação de novos espaços públicos associados integração da rede e de interfaces de transportes públicos, potencializando a criação da uma nova centralidade neste local.



Figura 17 – Fotografia de maquete da proposta de projecto para Alcântara dos arquitectos Frederico Valsassina e Manuel Aires Mateus

No entanto, durante a discussão destes projectos, e enquanto não eram aprovados, assiste-se ao surgimento do projecto LX Factory em 2007, de carácter temporário, e informal, que se baseou na ocupação das antigas instalações da original Companhia de Fiação e Tecido Lisbonense, entretanto ocupado pela Companhia industrial de Portugal e Colónias, Tipografia Anuário Comercial d Portugal, e Gráfica Mirandela, para a criação de novos espaços de trabalho dedicados às indústrias criativas e culturais, enquanto não eram aprovados os planos definitivos para este antigo complexo fabril. Desde a sua fundação à 6 anos, e apesar do cenário de crise económica que se tem desenvolvido desde o início do arranque desta iniciativa, o sucesso deste projecto tem sido exponencial, sendo que actualmente todo os espaços estão ocupado, e o número de pessoas que vêm trabalhar ou visitar este espaço tem crescido continuamente. Este facto faz com que este espaço possa ser considerado um exemplo de uma boa adaptação de antigos espaços, que se tornaram obsoletos devido ao desaparecimento das indústrias, mas que, dada a sua flexibilidade, possibilita a adaptação destes espaços para novos usos, constituindo exemplos de regeneração e reconversão urbana, bem sucedidos, e com baixos custos.

Porém, no entender da Câmara Municipal de Lisboa, a necessidade de reconversão desta área requer uma intervenção mais profunda, do que os planos anteriormente desenvolvidos e que se debruçavam somente sobre os antigos espaços industriais, agora desocupados. Deste modo, a origem do desenvolvimento de um novo Plano de Urbanização para a zona de Alcântara, por uma equipa multidisciplinar coordenada pelo arquitecto Manuel Fernandes de Sá, e aprovado em Julho de 2011 em Assembleia da Câmara Municipal de Lisboa, tem como principais temas de reflexão três aspectos principais que se prendem com a mobilidade, a questão ambiental, e o desenho urbano, dos quais

resulta uma outra directiva estruturante do plano que reside na intenção de desenvolvimento de uma nova centralidade urbana neste local, com o objectivo de cerzir e regenerar a malha urbana.

Relativamente à questão da mobilidade, o plano aprovado, propõe a alteração do sistema de circulação, contribuindo para o descongestionamento do nó viário de Alcântara através da distribuição do tráfego automóvel, em detrimento da actual função canalizadora, e na integração dos diferentes meios de transporte público, de modo a criar uma nova plataforma multimodal, que articule o transporte ferroviário, através da ligação da linha de Cascais à linha de Cintura e do Sul, com outros meios de transporte colectivo, com a rede de eléctricos, autocarros e de metro, cuja extensão até Alcântara já se encontra projectada.

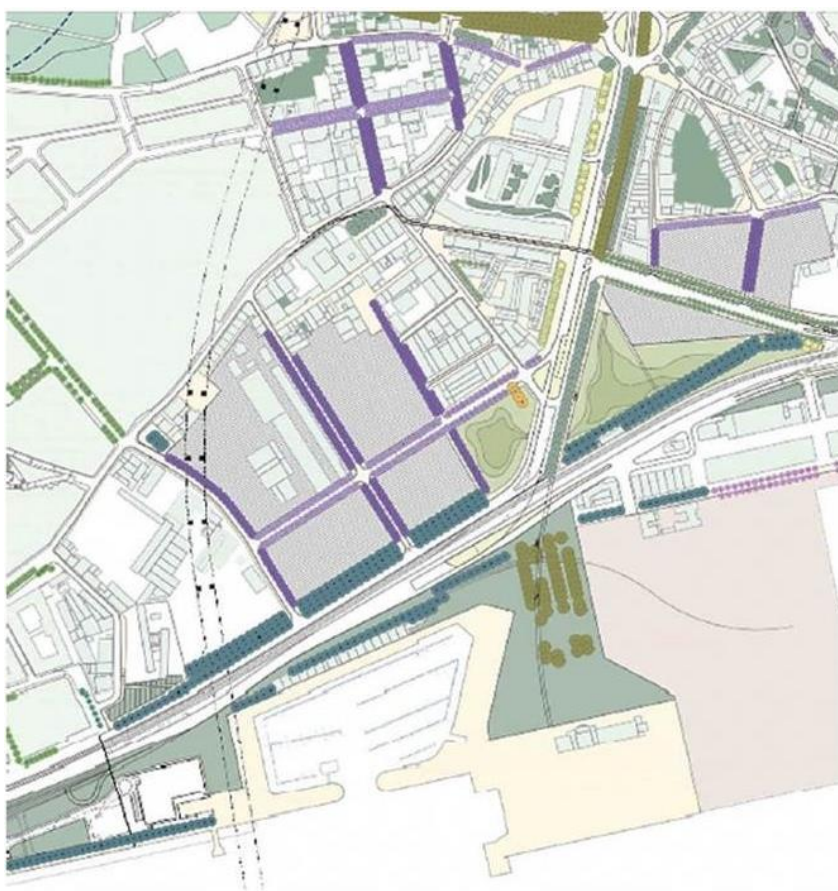


Figura 18 – Plano de Urbanização de Alcântara (PUA), Arqt. Manuel Fernandes de Sá 2012.

Neste sentido, o plano propõe, com o sentido de reduzir a circulação automóvel na zona histórica da cidade de Lisboa, e promover o uso de transportes públicos, o desvio parcial do trânsito, de Alcântara para a Avenida de Ceuta, dos veículos que circulam na Avenida da Índia, com intuito de reduzir o volume de tráfego na Avenida 24 de Julho. Esta intenção vem formalizada através da proposta de interrupção da ligação entre a Avenida 24 de Julho e a Avenida da Índia, a norte do local onde hoje se

localiza a estação de comboios de Alcântara-Mar, com o intuito de criação da nova zona verde. A redução de tráfego na Avenida de Brasília também é proposta, através da construção de um novo viaduto em Alcântara, que estabeleça a ligação directa com a Avenida de Ceuta, à semelhança do que acontece actualmente com o viaduto que faz a ligação com a Avenida Infante Santo, mais adiante.

Outra proposta de alteração do plano consiste na construção de uma nova ligação ferroviária subterrânea, que tem por intuito, não só ligar a Linha de Cascais com a Linha de Cintura, bem como uni-las a pequeno ramal, já existente, que permite o transporte de mercadorias até ao Porto de Lisboa. Propõe-se que esta ligação dessa feita através da construção de um túnel, situado paralelamente ao caneiro de Alcântara, precisamente por baixo da Rua de Cascais e da Avenida de Ceuta, onde se prevê a construção de uma nova estação de comboios subterrânea que subsitua a estação de Alcântara-Terra. O plano propõe que esta ligação venha, deste modo, estabelecer a ligação entre a Linha de Cascais e de Cintura, bem como a substituir a existente ligação ferroviária ao porto de Lisboa, que atravessa as diversas estradas existentes neste local e que obriga à interrupção do tráfego rodoviário de cada vez que saem, por este meio, mercadorias ou outras máquinas do porto.

No que diz respeito às questões relativas às condições ambientais e à sustentabilidade do território, o plano, reflectindo sobre o facto de o vale de Alcântara assegurar a drenagem de uma bacia hidrográfica que composta por grande parte do território norte do concelho de Lisboa, propõe a desimpermeabilização de diversas áreas ao longo do vale, nomeadamente nas zonas baixas desta área, propondo a criação de novos espaços verdes que funcionem como bacias de retenção, prevendo, desta forma a redução do risco de cheias associadas às deficientes condições de drenagem actualmente verificadas.

Em relação ao desenho urbano, o plano propõe a união dos diversos tecidos urbanos fragmentados que marcam este território, através da criação de novos espaços públicos estruturantes.

Em consequência da aplicação destas medidas, espera-se assim, potenciar o desenvolvimento de uma nova centralidade urbana, estimulada pela qualidade das acessibilidades e pela incorporação de actividades diversificadas no território, que se inter-relacionem, como a habitação, equipamentos públicos, e serviços, que visam contribuir para a coesão social da malha urbana, integrando aspectos afectos à sustentabilidade social, ambiental, e urbana.

3.3. Análise social e urbana de Alcântara

O presente ponto deste trabalho tem por objectivo analisar não só a actual realidade morfológica de alcântara, através de uma leitura do construído, bem como caracterizar, se bem que de forma breve, os traços gerais da população de Alcântara, procurando, deste modo, justificar a escolha deste caso de estudo perante os temas abordados no capítulo anterior.

A análise morfológica do território permite constatar que a fragmentação da malha urbana é evidente, sendo fortemente marcada pela presença das diversas infra-estruturas, viárias e ferroviárias, bem como pela antiga zona industrial.

A fragmentação em Alcântara pode ser identificada através da identificação de três zonas distintas: uma parte que compreende a zona habitacional, onde se localizam também pequenos comércio e onde se desenvolvem as actividades características de um pequeno bairro habitacional, segundo uma malha ortogonal, densa, com ruas que se interceptam perpendicularmente conformando quarteirões fechados com logradouros privados; a zona do aterro, a sul da linha de comboio Cascais – Lisboa, na frente ribeirinha, onde se localiza o porto de Lisboa, e onde se têm observado, ao longo dos últimos anos, sucessivas intervenções com o intuito de transformar este espaço numa zona de lazer, quer para a animação social, através da localização de restaurantes e bares, que para a prática informal de actividades físicas, ou simplesmente de passeio junto ao rio; a terceira parte, onde se insere a na zona de intervenção do projecto, localiza-se entre as duas zonas anteriormente referidas, e compreende os espaços onde em tempos funcionaram os antigos complexos fabris, onde hoje se localiza um grande vazio urbano deixado pela demolição das instalações da antiga refinaria de açúcares da Sidul.



Figura 19 – Ortofotomapa de Alcântara, Lisboa – três zona distintas: Zona habitacional (Norte); Zona industrial (centro); Zona ribeirinha (Sul)

Apesar da proximidade física destes três espaços, sensação potenciada pela relação visual, (possível devido ao declive desde a encosta – zona habitacional – até ao rio – zona ribeirinha - passando por uma zona plana devido ao aterro – antiga zona industrial), a sua separação é fortemente marcada, não

só pelas infra-estruturas viárias e ferroviárias, bem como pelo carácter privativo dos antigos espaços industriais, que impedem a relação entre a zona habitacional e o rio.

A desactivação das antigas unidades industriais, e o vazio resultante da demolição de algumas destas estruturas, têm vindo a contribuir para o distanciamento entre estes dois espaços. A actual situação é desfavorável em vários sentidos, nomeadamente, face ao esforço conduzido ao longo dos últimos anos para a reconversão da zona ribeirinha entre Alcântara e Belém, no sentido fazer desta uma zona de lazer para os habitantes da cidade, que permita o desenvolvimento de uma relação mais próxima com o rio. No entanto, a acessibilidade a este espaço a sul da linha do comboio, ainda privilegia o uso do automóvel, sendo que os pontos que permitem o atravessamento, sobre ou, ou sob, a linha do comboio, são escassos, recorrendo a estruturas como viadutos, pontes e túneis pedonais.

Em Alcântara, a nível vário, existe actualmente um viaduto que passa por cima da linha do comboio, e faz a ligação da zona ribeirinha, e do porto de Lisboa, com os acessos às auto-estradas, e demais vias de circulação automóvel. No entanto, a ligação entre a zona habitacional e a zona portuária a nível pedonal é feita a partir de um túnel, que parte da antiga zona industrial, e que permite o acesso ao largo em frente à Gare Marítima de Alcântara. Este túnel permite também o acesso à estação de comboios de Alcântara-Mar na linha de Cascais, sendo que, ao longo dos últimos anos, as suas condições físicas e espaciais têm-se degradado, contribuindo para que este espaço, hoje seja percebido como inseguro, e desagradável.

O facto de esta ligação pedonal apresentar actualmente estas características, parece desprovido de sentido à partida, mas é ainda mais incoerente se se analisar o esforço realizado ao longo dos anos, não só de regeneração da zona ribeirinha, bem como de revitalização do edifício da antiga Gare Marítima (durante anos desactivada, e que nos últimos tempos têm verificado o aumento do número de passageiros que aqui desembarcam, provenientes do crescente número navios de cruzeiro que aqui aportam).

Relativamente às características demográficas de Alcântara, a análise dos dados estatísticos permitem confirmar o cenário descrito no capítulo anterior.

Segundo dados disponibilizados pelo INE (2012) relativos ao recenseamento da população portuguesa, o número de residentes na freguesia de Alcântara em 2011 era de 13 911 habitantes, no entanto, este é um número que tem vindo a baixar substancialmente desde 1981, quando viviam em Alcântara 22 697 indivíduos. Observamos que a maior perda de população se verificou sobretudo ao longo da década de 80 e 90 do século XX, representando durante estas décadas quebras do número de habitantes na ordem dos 18,4% e 22%, respectivamente. No entanto esta quebra do número de habitantes da freguesia tem vindo a diminuir e a estabilizar, sendo que na última década já só se observou apenas numa perda de 3,7% da população. Estes números vêm confirmar o cenário de

desertificação urbana desta área urbana, tendência verificada nos centros urbanos de muitas cidades, nacionais e internacionais, e também com forte expressão em Lisboa, durante as últimas décadas.

Relativamente à composição da população, podemos observar que: o grupo etário correspondente a crianças (0 – 14 anos de idade) corresponde a 9,3% da população; O grupo etário correspondente a jovens (15 – 24 anos de idade) corresponde a 12% da população; o grupo etário correspondente a adultos (25 – 64 anos de idades) corresponde a 52,5% da população; e por fim, o grupo etário correspondente a idosos (+ 65 anos de idade) corresponde a 30,1% da população.

A partir destes dados estatísticos podemos verificar que o cenário de envelhecimento demográfico da população da Alcântara é real, e tem-se vindo a acentuar ao longo das últimas décadas, afirmação que pode ser confirmada através da evolução do índice de envelhecimento desta freguesia, que triplicou ao longo das últimas décadas, tendo passado de 108 em 1981, para 205 em 2001, e 324 em 2011. Este facto significa que existem actualmente em Alcântara, três vezes mais idosos do que jovens, o que faz com que esta seja uma área urbana representativa dos desafios que hoje se colocam devido ao envelhecimento.

Outro dado importante de ter em conta, é que o receio desenvolvido pela sociedade do aumento de situações de isolamento ou exclusão pode ser confirmado em Alcântara devido ao facto de o número de famílias unipessoais com indivíduos de idade superior a 65 anos representar actualmente cerca de 10% do número total de famílias existentes.

Perante a realidade urbana de Alcântara, associada à transformação social descrita, a intervenção nos antigos espaços industriais, agora desactivados, surge com carácter de urgência, dada a necessidade de adaptação do território às mudanças ocorridas na sociedade, e pelo prejuízo causado pelas deficientes condições de um território fragmentado, que, neste momento, se compreende não estar bem aproveitado, uma vez que não parece providenciar condições propícias ao desenvolvimento de acções que estimulem a máxima potencialização das capacidades dos habitantes desta área urbana.

Capítulo IV – Proposta para a antiga zona industrial de Alcântara

4.1 Estratégias da Intervenção

A partir da reflexão conduzida sobre as questões de ordem teórica abordadas ao longo deste trabalho, e face ao actual cenário existente em Alcântara, o redesenho da antiga zona de Alcântara proposto neste trabalho, tem por objectivo intervir no território de forma a contribuir para a melhoria das condições de vida e do bem-estar dos habitantes desta área urbana, de forma a garantir o bom estado de saúde, e de funcionamento, da cidade.

A existência de um território urbano fragmentado, marcado pela presença de espaços encerrados, e neste caso, vazios, de acesso restrito, separando e segregando zonas da cidade, justifica a urgência de intervenção nesta zona, com o intuito de proceder a práticas que contribuam para a regeneração da malha urbana. No entanto, face aos desafios actualmente impostos à sociedade, e portanto, subsequentemente, à cidade, a existência destes espaços vazios nas áreas urbanas, podem ser encarados como oportunidades únicas para o desenvolvimento de novas soluções que contribuam activamente para a melhoria das condições de vida dos habitantes das zonas ao seu redor.

Entende-se, deste modo, que a regeneração da malha urbana não passa somente pela construção exclusiva e massificada de edifícios destinados a habitação, comércio e serviços, ou de grandes equipamentos colectivos, cuja sustentabilidade económica é posta em causa dados os elevados custos de manutenção. A recente crise económica, e imobiliária, de resto, tem contribuído para o questionamento deste tipo de soluções, amplamente desenvolvidas ao longo das últimas décadas, e para as quais hoje se antevêm, ou em muitos dos casos, se observam, novos focos de problemas sociais, ambientais, urbanos e económicos.

Como forma alternativa de intervir nestas zonas, e contrariando a lógica do modo de construir cidade desenvolvido em muitas outras zonas da cidade, a estruturação deste projecto parte do conceito do “efeito de vizinhança” a partir do qual se compreende que as mudanças, para melhor, ou para pior, trazidas pelas propostas desenvolvidas num dado local, serão transferidas e acompanhadas pelas zonas circundantes. Desta forma, se propõe que a intervenção em vazios urbanos, ou em outros espaços e estruturas que se tornaram obsoletos, seja feita com o intuito de providenciar dotar as cidades, ou as suas partes, de espaços que providenciem respostas aos desafios impostos à sociedade e à cidade, promovendo, não só, a reabilitação das zonas intervencionadas, bem como exercer um efeito catalisador de reabilitação e transformação das áreas circundantes.

Deste modo, tendo presentes os desafios que actualmente se colocam com às sociedades, e cidades contemporâneas dado o ritmo de transformação, e as alterações verificadas, nomeadamente no âmbito

do envelhecimento, o desenvolvimento de uma nova solução para a antiga zona industrial de Alcântara é estruturada segundo este princípio, propondo a edificação, neste local, de um conjunto de espaços públicos, e privados, que contribuam de forma activa para a melhoria das condições de vida da população, desejando, que tenham um efeito que propicie o desenvolvimento de mais intervenções, de todas as escalas, nas restantes zonas da área envolvente, bem como em toda a cidade, promovendo a sustentabilidade social das áreas urbana, através do combate a soluções que resultem na degradação das condições de vida dos indivíduos.

Esta é a orientação estratégica do desenvolvimento de novas soluções espaciais para este local tendo por objectivo a quebra das barreiras existentes, de modo a conseguir regenerar a malha urbana, permitindo a circulação e o acesso entre as várias partes distintas que actualmente conformam este território, e a criação de novos espaços de encontro e de estadia, atentos às características e necessidades específicas da população, que ofereçam condições propícias para o desenvolvimento das respostas necessárias.

4.2. Desenho Urbano



Figura 20 - Área de Intervenção da proposta de revisão do Plano Urbano de Alcântara (PUA)

A proposta de intervenção apresentada foi desenvolvida, tendo por base o plano de urbanização apresentado, e aprovado pela CML, da autoria do Arq. Manuel Fernandes de Sá. Esta premissa foi lançada no início do nono semestre no âmbito da disciplina de Laboratório de Projecto de Arquitectura V, no ano lectivo de 2010/2011, e é a partir deste trabalho, iniciado nesta disciplina, que desenvolveu a proposta de projecto de arquitectura apresentada neste documento.



Figura 21 – Planta da proposta de revisão do Plano Urbano de Alcântara (PUA); (1) Túnel de circulação rodoviária; (2) Restauração/Lazer; (3) Estação Ferroviária Alcântara-Mar, linha de Cascais; (4) Antiga Fábrica Daupias; (5) Habitação; (6) Estacionamento, Comércio, Serviços, e Restauração; (7) Mercado; (8) Centro Comunitário.

Um dos principais pontos de acção do Plano de Urbanização de Alcântara (PUA), como foi referido anteriormente, tem a ver com a mobilidade, as acessibilidades e o tráfego. Nesse sentido, a proposta de revisão a este plano apresentada neste trabalho centra-se na antiga zona industrial, com especial enfoque, no redesenho do espaço vazio resultante da demolição dos edifícios do antigo complexo industrial onde mais recentemente se encontrava instalada a Sidul, bem como de parte da zona circundante, propondo novas soluções, nomeadamente, a nível das acessibilidades e do edificado.

A nova proposta apresentada tem por principal objectivo, restabelecer a ligação do núcleo urbano de Alcântara ao rio e à zona ribeirinha, através da abertura à cidade dos antigos espaços ocupados pela indústria. Deste modo a primeira proposta de alteração ao PUA, consiste na não construção de um viaduto que substitua o actualmente existente, que faz a ligação entre a Avenida de Brasília e a Rua de Cascais/Avenida de Ceuta, mas sim de um túnel (1), paralelo ao caneiro e ao túnel proposto no PUA para a ligação ferroviária entre as Linhas de Cascais e de Cintura, e o porto de Lisboa. Esta proposta tem por objectivo libertar esta zona, do peso exercido por uma estrutura desta natureza e envergadura, em que o intenso tráfego rodoviário acaba por fazer com que esta passagem se torne desagradável aos eventuais utilizadores pedestres (tal como acontece em Algés). Propõe-se então, que o atravessamento pedonal seja feito através de um novo edifício em ponte, passando sobre as Avenidas da Índia e Brasília, e sobre a Linha de Cascais, que deste modo estabeleça uma nova ligação entre o terreno da zona de intervenção e o espaço em frente à Gare Marítima de Alcântara, propondo-se que aqui se localize, uma nova estação de comboios de Alcântara-Mar na Linha de Cascais (2), que deste modo, possibilita o fácil acesso, quer ao núcleo urbano de Alcântara, quer à zona ribeirinha.

Na zona Ribeirinha, junto à Doca de Alcântara, e servindo de ancoragem a esta estrutura em ponte, onde se propõe a construção da nova estação e de uma nova passagem pedonal, propõe-se a construção de um novo edifício destinado à restauração e a estabelecimentos comerciais (3), na continuidade do conjunto de antigos armazéns das docas, com um espaço de esplanadas abrigadas por debaixo da rampa de circulação pedonal que permite o acesso à cota da cobertura deste edifício, onde se torna possível o atravessamento sobre as Avenidas da Índia e de Brasília, e Linha de Cascais, e subsequentemente, o acesso à nova estação, e à antiga zona industrial.

O redesenho do espaço vazio hoje existente na antiga zona industrial é proposto através da continuação desta estrutura sobre um novo conjunto edificado, onde é possível a circulação pedonal à cota da cobertura, com diversos pontos de acesso para o nível térreo, através de sistemas de circulação vertical, sob a forma de escadas e de elevadores de utilização pública.

No antigo espaço vazio, em consonância com intenção de requalificação ambiental implícita no PUA, propõe-se a construção de um novo espaço verde, na continuidade dos espaços verdes propostos no plano, e de um novo conjunto edificado com coberturas vegetais, segundo uma malha ortogonal conformada por duas novas ruas perpendiculares à linha de margem, nos limites nascente e poente do terreno.

A nova rua a nascente, parte de um largo existente no topo nordeste da área de intervenção, e estende-se até à zona verde proposta pelo PUA, junto à avenida da Índia, sendo conformada pela antiga fábrica Daupias, edifício classificado como imóvel de interesse público. O desenho desta nova rua prevê a construção de uma ligação automóvel entre a Rua Maria Luísa Holstein, e a Rua Maria Isabel Saint-Léger, em trono do quarteirão conformado por antigas oficinas e armazéns industriais, sendo proposto que a circulação automóvel seja feita somente neste troço, sendo o resto da rua, destinada ao trânsito de peões, existindo uma galeria coberta, aberta para a rua, a sul do antigo edifício da fábrica Daupias (4), onde se localizam os acessos verticais, que permitem o acesso à cobertura, e o atravessamento para a zona ribeirinha.

Dos quarteirões existentes a nascente desta nova rua, propõe-se a demolição do quarteirão mais a sul, actualmente em estado de ruína, bem como do actual largo que serve de local de estacionamento, no cruzamento da Rua da Cozinha Económica com a Rua de Cascais, tendo em vista a construção do novo espaço verde, proposto pelo PUA, e de um novo quarteirão destinado a edifícios para habitação (5).

A nova rua a poente, seria uma rua pedonal arborizada, tendo início na a Rua Rodrigues Faria, e estendendo-se até ao novo espaço de jardim proposto. Esta nova rua seria, então, confrontada a poente por um novo edifício, construído nas traseiras dos edifícios existentes, que já fazem parte do complexo da LxFactory, sendo que se propõe a sua ampliação para este novo edifício, de modo a permitir o acesso a estes espaços através desta nova rua.

O edifício mais a sul do novo conjunto de edifícios projectados para este antigo terreno industrial (6), confrontando a sul com a Avenida da Índia, e a norte o novo espaço de jardim, é composto por dois volumes, paralelos entre si, e paralelos ao rio, elevados relativamente ao nível do solo, conformando um pátio de planta rectangular entre eles, onde se desenvolve uma rampa que permite o acesso ao nível da sua cobertura onde é feita a travessia para a zona ribeirinha. No corpo mais a sul deste edifício, propõe-se a construção de um parque de estacionamento automóvel, sendo que na sua cobertura se propõe a localização de uma zona de lazer, com apoios de restauração, que tirem partido deste novo espaço de terraço. No outro volume, a norte, propõe-se a construção de espaços destinados ao funcionamento de pequenos escritórios ou serviços, em continuidade dos espaços existentes actualmente na LxFactory.

O outro edifício proposto a norte do novo jardim proposto, destina-se à localização de e funcionamento de um novo espaço destinado ao funcionamento de um mercado (7), aberto para o jardim, que proporcione a venda pontual de produtos alimentares, bem como a realização de feiras de objectos em segunda mão, ou de artesanato, à semelhança do que já acontece na LxFactory, espaço que já se tem mostrado extremamente versátil, porém pequeno para realização eventos deste âmbito.

No topo norte da zona de intervenção, adjacentes ao antigo edifício da fábrica Daupias, propõe-se a construção de um conjunto de edifícios em torno de um pátio central, onde se prevê o funcionamento de um novo centro comunitário (8), a ser desenvolvido mais adiante neste trabalho em maior detalhe, com o objectivo de estudar com maior incidência os temas de reflexão teórica que tem vindo a ser desenvolvidos.

A sequência de espaços públicos dos edifícios propostos pelo projecto têm por objectivo dotar esta zona de infra-estruturas que estimulem o desenvolvimento de Alcântara, contribuindo para o aumento da sua centralidade, e para a resposta às necessidades actuais impostas a esta área urbana, bem como a toda a cidade, tendo, porém, em conta a possível necessidade de adaptação destes espaços para novos usos, no futuro. Deste modo, torna-se implícita a necessidade de desenvolvimento e adopção de soluções que sejam flexíveis, e portanto permeáveis à apropriação destes espaços para novos usos, no futuro.

A partir deste princípio a proposta visa integrar o cuidado com a sustentabilidade, e com o desenvolvimento sustentável no planeamento desta área urbana, atendendo à necessidade de coesão social, inerente a este princípio, e à reflexão sobre medidas que visem a melhoria das condições ambientais, através da criação de novos espaços verdes, e de soluções construtivas que visem contribuir, não só para a eficiência energética dos edifícios, bem como para a o enriquecimento da biodiversidade urbana, nomeadamente, através da proposta de criação de coberturas e paredes vegetais.

4.3 Centro Comunitário – Complexo Intergeracional

O novo conjunto edificado proposto, para a instalação de um novo centro comunitário nesta zona de intervenção, tem, através da sua orientação programática, e das soluções desenvolvidas, nomeadamente, através da articulação dos espaços projectados e das soluções construtivas, o intuito de desenvolver e materializar uma estrutura que providencie condições que se consideram propícias para o acompanhamento e preparação dos indivíduos para fazerem face às alterações sociais decorrentes e futuras. Procura-se, desta forma, criar condições que promovam a maximização das suas capacidades, bem como a sustentabilidade social e ambiental, com o intuito de melhorar as condições de vida e o bem-estar da população. Deste modo, com a formulação desta proposta procura-se seguir as orientações estratégicas existentes sobre os planos de acção neste âmbito, nomeadamente, os princípios desenvolvidos pelos projectos anteriormente referidos, a Agenda 21, e o Movimento das Cidades Saudáveis, através da intervenção a nível local, modo de resolução destes problemas, e a criação de melhores condições de vida, a larga escala.

Este novo equipamento que se propõe construir, tem então, como principal propósito, a promoção do processo de capacitação e do aumento do conhecimento, de forma a motivar o envolvimento dos indivíduos para a construção de melhores condições de vida, e o alcance do mais alto nível de bem-estar, procurando contribuir para o aumento da sustentabilidade social através da coesão social, pelo combate ao isolamento, à exclusão, e à pobreza, através de práticas que estabeleçam o diálogo intergeracional, e a contribuição activa de todos os indivíduos na sociedade.

4.3.1 Estrutura Programática

O novo centro comunitário desenvolve-se a partir de um programa que visa articular a necessidade de resposta aos desafios anteriormente identificados, através de actividades e acções que promovam a vida o envelhecimento activo, a aprendizagem ao longo da vida e o diálogo intergeracional, através de uma resposta concreta, inserida numa intervenção no meio urbano que visa tornar possível, não só a resposta aos desafios inerentes às actuais alterações da sociedade, bem com potenciar a rentabilização máxima que poderão advir de eventuais cenários futuros.

O programa desenvolvido pressupõe então, a criação neste novo complexo, de espaços que possam ser utilizados por indivíduos de todas as idades. Para que este propósito seja possível, e para o sucesso deste projecto social e comunitário, propõe-se como necessária a reunião de condições que permitam o funcionamento das seguintes valências:

- a) Espaço escolar – conjunto de espaços que possibilitem o funcionamento de um Jardim de Infância, com capacidade de acolher crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos de idade, bem como uma escola primária, desde a primeira à quarta classe, portanto para crianças dos 6 aos 10 anos de idade;
- b) Espaços para a realização de formações complementar para adultos;
- c) Espaço de biblioteca, salas de leitura e salas de estudo
- d) Espaço para o funcionamento de pequenas oficinas para aprendizagem de ofícios, bem como pequenas lojas, para a comercialização de produtos produzidos, ou de outros produtos;
- e) Espaço para a prática desportiva, com um campo polidesportivo e estúdios para diversas actividades físicas (aulas de dança, de ginástica, etc.)
- f) Espaço expositivo
- g) Salão polivalente
- h) Cafetaria/bar, espaço de convívio;
- i) Restaurante/Refeitório e cozinhas;
- j) Centro de dia;
- k) Serviços administrativos

O intuito do desenvolvimento do programa deste centro comunitário é disponibilizar actividades que promovam a coesão social, através da aproximação de integração em actividades entre os vários utentes, de forma propiciar o estabelecimento de relações entre os vários indivíduos desde tenra idade, até à idade mais avançada.

Deste modo se justifica a integração de uma escola neste complexo, que providencie condições propícias para a educação e a aprendizagem de crianças de acordo com valores e princípios que estimulem a participação e a produção, bem como o contacto com indivíduos de gerações diferentes das suas, nomeadamente com os idosos.

O encontro e a frequência deste espaço é também pensada para jovens adultos, que podem vir para este local para se dedicarem ao estudo ou à realização de trabalhos académicos na biblioteca e nas salas de estudo, onde poderão receber a ajuda de indivíduos mais velhos, jovens da mesma geração, ou de idade mais avançada, que poderão contribuir com o seu saber e experiência acumulados, ou então reunirem-se neste local para o convívio, ou para a prática desportiva informal ou de outras actividades físicas.

Outra das valências que se deseja desenvolver com este projecto, passa oferta da possibilidade de aprendizagem de uma arte, ou ofício, que contribua para o aumento de conhecimento, bem como, para o início de uma actividade produtiva, que poderá constituir uma mais-valia para o seu percurso profissional a longo, ou a médio prazo.

Em qualquer uma destas actividades o intuito é o de juntar e promover o diálogo entre os indivíduos independentemente das idades, de modo a que ambas as partes saiam enriquecidas deste processo. Por exemplo, poderia um jovem vir para este local aprender a realizar uma actividade de âmbito prático, como sendo o caso de trabalho área da electricidade reparação de pequenos electrodomésticos, orientada por um individuo, reformado, ou não, que se dedicou ao longo da sua vida à prática profissional dentro desta área específica, ou para quem, a electricidade sempre foi um passatempo, que lhe permitiu desenvolver competências neste domínio, e que agora ensinando estes jovens, juntos se dediquem a esta actividade. No âmbito da troca de conhecimento, o jovem poderá ajudar este individuo mais velho, não só através da prática desta actividade, mas também ao ensina-lo a trabalhar com novas ferramentas tecnológicas ou informáticas onde tem maiores competências. Falamos aqui de electricidade e informática, mas se este exemplo for aplicado a outra qualquer área de actividade, desde a costura à cozinha, à mecânica, ou à carpintaria, ou mesmo ao desporto ou à dança, esta poderia ser uma experiência com resultados benéficos, não só para ambas as partes, através da realização pessoal, bem como para toda a sociedade, devido aos laços criados, que contribuiriam para a redução das situações de isolamento ou exclusão, ou, mesmo, ante uma eventual compensação económica que daqui poderia advir, que a redução do risco de pobreza e dos gastos associados ao fenómeno do envelhecimento.

Desta forma, a integração de espaços para a formação e aprendizagem ao longo da vida, visam não só contribuir para o desenvolvimento de competências que permitam aos indivíduos procurar novas condições de trabalho, mas também a realização de projectos pessoais, através do encorajamento ao empreendedorismo desde tenra idade, promovendo o envelhecimento activo, não como um cuidado paliativo, mas o decurso de uma vida activa como um valor fundamental e integrante da personalidade e estilos de vida dos indivíduos.

No entanto, as valências propostas para este centro comunitário procuram também servir os indivíduos, porventura, mais isolados, e que não tenham capacidade física de se deslocarem a este centro comunitário, através do apoio domiciliário, com todas as facilidades que este tipo de serviços hoje compreende.

4.3.2. Desenho do Edifício

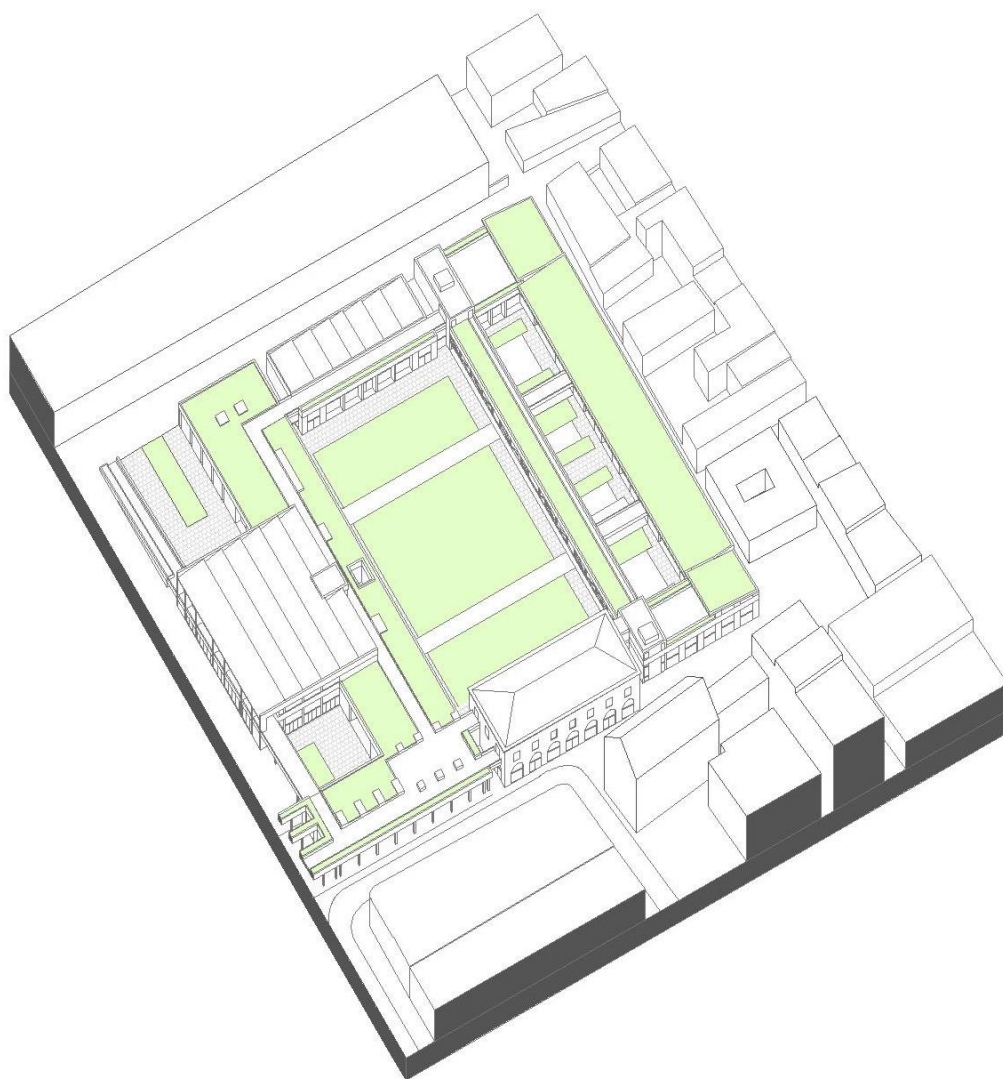


Figura 22 – Centro Comunitário – Axonometria.

Perante as necessidades programáticas, o desenho do projecto deste conjunto edificado foi feito a partir do único edifício ainda existente neste local onde funcionou a antiga Fábrica Daupias.

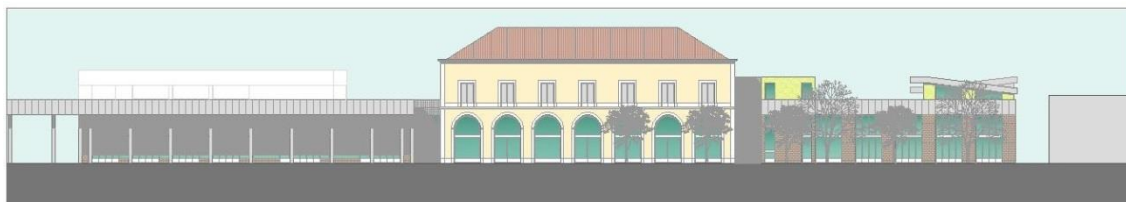


Figura 23 – Alçado Nascente do Centro Comunitário.

Este edifício, construído no início do século XIX, o que faz dele um dos primeiros edifícios industriais construídos nesta zona, apresenta um conjunto de características físicas e construtivas que fazem com que este seja um exemplar de elevado valor arquitectónico. Apesar da degradação causada pela sucessiva edificação de construções adjacentes, que legitimaram o rasgo de novas aberturas em vários locais do edifício original; do avançado estado de degradação actual da cobertura; a fachada nascente ainda se mantém relativamente preservada. O desenho desta fachada principal, em nada remete ao seu passado industrial, evocando antes mas a memória de um edifício mais nobre, um palácio, ou uma casa senhorial do final do século XVIII, devido ao conjunto de vãos, ao nível, do piso térreo, com sete arcos de volta perfeita em cantaria de Lioz, encimados, no piso superior, por sete janelas de sacada, que conformam o desenho deste edifício.

O estudo da relação métrica entre a proporção destes vãos demonstra que a proporção entre a sua dimensão em largura define uma relação que também se impõe em planta, relativamente às dimensões de implantação deste edifício.

O desejo de, não só preservar este exemplar único da história da arquitectura industrial portuguesa, bem como de o por ao serviço da comunidade, constitui o mote que rege o desenho do novo conjunto edificado que se desenvolve à sua volta, a partir de uma malha ortogonal baseada na métrica deste mesmo edifício, sobre a qual assenta, não só o desenho deste complexo industrial, bem como todo o resto da proposta urbana, servindo então de princípio coesivo e unificador de todo o conjunto.

Tendo como intenção reconhecer a nobreza e dignidade inerente ao edifício da antiga fábrica, propõe-se que este espaço seja a entrada principal do centro comunitário, a partir do qual se procede à distribuição entre duas zonas, segundo as quais se organiza este complexo, divididas pela presença de um pátio/jardim interior, em torno do qual se implantam e inter-relacionam, comunicando entre os sucessivos edifícios interligados por passagens a várias cotas distintas.

No primeiro piso do antigo edifício da fábrica Daupíás, propõe-se a criação de um espaço polivalente, uma “sala nobre” do complexo, onde se prevê o desenvolvimento de distintas actividades que promovam o encontro, a partilha, e o convívio entre os mais distintos membros da comunidade.

Relativamente à divisão a nível conceptual deste complexo, este divide-se em torno deste pátio/jardim central, em duas zonas distintas, uma zona de “trabalho”, e uma outra zona de “lazer”.

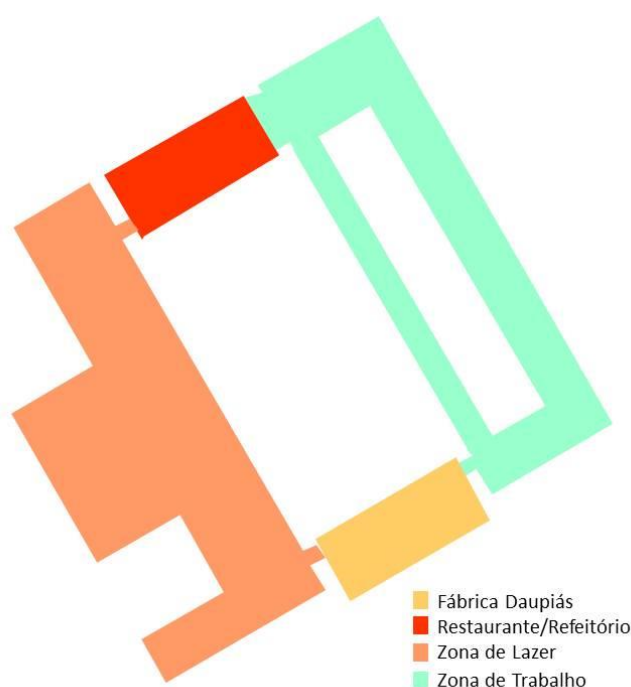


Figura 24 – Centro Comunitário; Diagrama Funcional

A zona denominada de “trabalho” é marcada pela presença dos espaços destinados ao funcionamento da escola que se propõe criar neste complexo, sendo que, ao nível do piso térreo, se desenvolve o Jardim de Infância e a escola primária, e no piso superior um conjunto de pequenos auditórios e de salas multiusos, para o funcionamento de acções de formação para adultos que contribuam para a aprendizagem ao longo da vida.

As salas de berçário localizam-se no topo nordeste deste edifício, junto ao largo já existente, sendo que as salas de creche e pré-primária, bem como as salas de aula das turmas da primeira à quarta classe, se encontram voltadas para o interior deste complexo onde estabelecem uma relação directa com o espaço de recreio e de brincadeira.

Este espaço de recreio, embora ligado ao grande pátio/jardim, em torno do qual se organiza o complexo, encontra-se separado deste através da presença de um corpo elevado, assente em pilares, que estabelece a distinção entre estes dois espaços, existindo, embora não desejada, a possibilidade

de estabelecer a separação física entre estes dois espaços, através da colocação de uma vedação. Neste edifício em ponte, elevado e assente em pilares, localizam-se os serviços administrativos ao longo de um corredor que permite estabelecer o acesso entre o antigo edifício da fábrica e o espaço de restaurante/cantina.

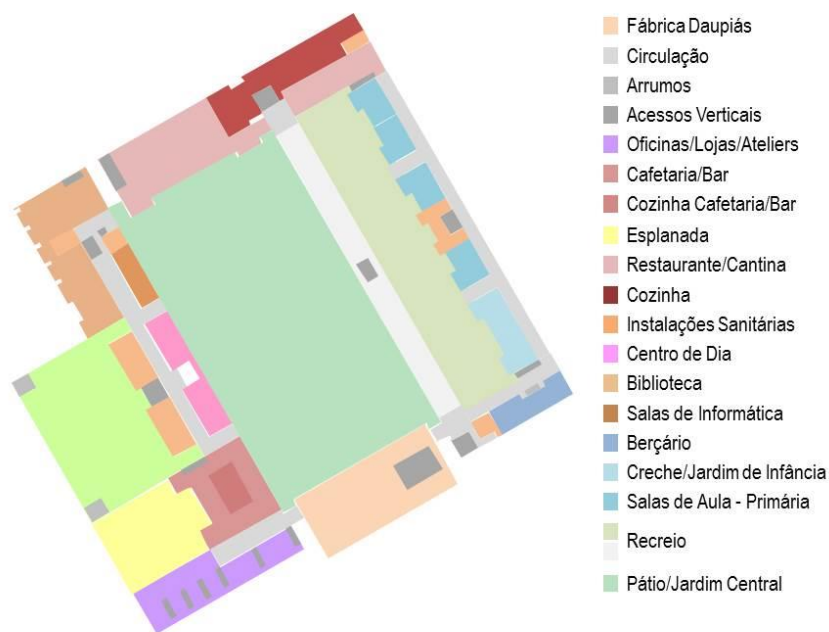


Figura 25 – Centro Comunitário; Diagrama Programático Piso 00

No topo Oeste desta parte do complexo localiza-se um espaço que poderá servir de refeitório para as crianças, estando localizado ao lado do local de funcionamento das cozinhas que servem o grande restaurante/refeitório proposto para este espaço, que se localiza em posição diametralmente oposta ao edifício da antiga fábrica no pátio/jardim em torno do qual se organiza este complexo.

A zona de “lazer”, a sul do eixo definido pela fábrica e pelo edifício do restaurante/refeitório, é composta por um espaço de convívio e de bar/cafetaria, comunicante com o espaço de entrada localizado no edifício da antiga fábrica, e estabelece de forma directa, uma relação com o pátio central do complexo, e com um outro espaço, de acesso público, junto à rua pedonal que dá seguimento à Rua Maria Isabel Saint-Léger, que atravessa a área de intervenção e separa este complexo do espaço de mercado localizado a sul. Junto ao espaço de convívio, e com comunicação directa para este espaço de esplanada em frente ao bar/cafetaria, e para a nova rua nascente rasgada no plano, estabelecendo uma relação com a galeria de acesso público que se desenvolve ao longo da rua, encontram-se aqui os espaços destinados à localização de pequenas oficinas ou lojas de ponto de venda directa ao público dos produtos produzidos, e comercializados pelos utentes. Estes espaços de oficina/loja desenvolvem-

se em dois pisos, tendo cada um acesso a um espaço de mezanino no piso superior, sendo que todas estas oficinas/lojas são interligados por um sistema de portas, que permite a agregação, ou a separação destes espaços, consoante as especificidades da actividade aqui desenvolvida.



Figura 26 – Centro Comunitário; Diagrama Programático Piso 01

Junto ao espaço de convívio e de bar, localiza-se um conjunto de espaços destinados ao funcionamento do centro de dia que têm acesso directo ao pátio/jardim central, sendo que, defronte deste espaço, localiza-se a zona desportiva do complexo, com um pavilhão polidesportivo, separado do restante espaço do complexo pela localização dos balneários que lhe dão apoio, e sobre os quais se localizam os estúdios para outras actividades físicas. Este pavilhão desportivo estabelece uma relação directa com o espaço exterior comunicando a nascente como espaço de esplanada do bar/cafetaria, a sul¹⁸, com a rua pedonal que na continuação da Rua Maria Isabel Saint-Léger que separa este complexo do edifício do mercado, bem como a ponte, com um outro espaço ajardinado, localizado em frente à biblioteca.

Na extremidade sudoeste deste complexo, junto à zona desportiva e ao centro de dia, localiza-se a biblioteca, que se abre a um espaço exterior a sul, junto ao pavilhão desportivo, composto por salas de leitura e salas de estudo.

¹⁸ Junto à fachada sul do edifício que alberga o pavilhão polidesportivo, desenvolve-se uma rampa que permite o acesso pedonal deste o nível do piso térreo até à cota do piso de cobertura onde se estabelece a travessia para a zona ribeirinha.

Deste modo o conjunto de edifícios onde se propõe o funcionamento deste complexo é feito em três pisos distintos, sendo o primeiro ao nível do piso térreo, o segundo a uma cota de três metros relativamente ao solo, e o segundo piso à cota 6,60m tendo em conta o mesmo referencial. O segundo piso desenvolve-se consoante a zona do edifício, havendo zonas de duplo pé direito, enquanto o terceiro piso, está à mesma cota do piso superior do antigo edifício da fábrica Daupias, sendo que é a partir deste nível que se desenvolve a ligação com a antiga zona ribeirinha. Relativamente à localização dos acessos verticais e dos espaços de circulação, o projecto propõe a criação, ao longo do projecto de vários pontos que permitam a circulação vertical, quer através de escada, quer através de elevadores, que comunicam com corredores de acesso aos diferentes espaços.

Tendo presente acelerado ritmo de alteração da sociedade, e das cidades actuais, o sistema construtivo adoptado, bem como o desenho das sequências espaciais que constituem esta nova proposta de arquitectura tem o intuito de possibilitar, a possível adaptação desta estrutura a novos usos, sem que, no entanto, sejam prejudicadas as necessidades programáticas actuais. Deste modo, propõe-se a construção deste conjunto edificado a partir do sistema construtivo em betão armado, com pilares e lajes aligeiradas, sendo os panos de paredes de compartimentação interior, constituídos, em alvenaria de tijolo furado.

Relativamente à composição dos materiais escolhidos para o revestimento das fachadas exteriores deste conjunto de edifícios, propõe-se a combinação de lajetas pré-fabricadas de betão com panos de parede de tijolo maciço aparelhado, e deixado à vista, com o intuito de preservar a memória industrial deste local através deste material típico desse tipo de construções, nas fachadas exteriores deste complexo, bem como nas ruas que circulam o circundam. Nas paredes exteriores que conformam o pátio/jardim interior, ao redor do qual se organiza este complexo, propõe-se a o revestimento destas fachadas com elementos vegetais, através de um sistema construtivo que permite a fixação destes elementos em superfícies verticais, contribuindo para a construção de um efeito de paredes/jardins verticais. Esta solução, bem como a proposta de um sistema de coberturas vegetais na maioria dos edifícios¹⁹ têm por objectivo contribuir para a melhoria do comportamento térmico destes edifícios, bem como contribuir para a redução do fenómeno de “Ilha de Calor” frequente nas áreas urbanas, e para o aumento da biodiversidade urbana.

A proposta de construção do edifício em ponte assente em pilares, que estabelece a separação entre a zona do pátio/jardim central, e os espaços de recreio, e onde funcionam os serviços administrativos, a partir de um sistema de metálico, é justificada com o objectivo de estabelecer uma relação com a história de pontes que marcam Alcântara desde o tempo da sua fundação, história que permanece viva, não só através da toponímia, bem como pela presença da estrutura da Ponte 25 de Abril. Este gesto, tem ainda o intuito de evocar a presença de uma memória recente deste local, que era a ligação

¹⁹ Dos quais se excluem a cobertura do antigo edifício da fábrica Daupias, reconstruída e revestida a telha cerâmica de meia cana, bem como as coberturas do restaurante/refeitório e do pavilhão polidesportivo, onde se prevê a instalação de painéis solares para a produção de energia.

pedonal entre as estações de Alcântara-Mar e Alcântara-Terra através de uma estrutura metálica, elevada e assente em pilares, pintada à semelhança da ponte 25 de Abril, de encarnado, e demolida em 2008.

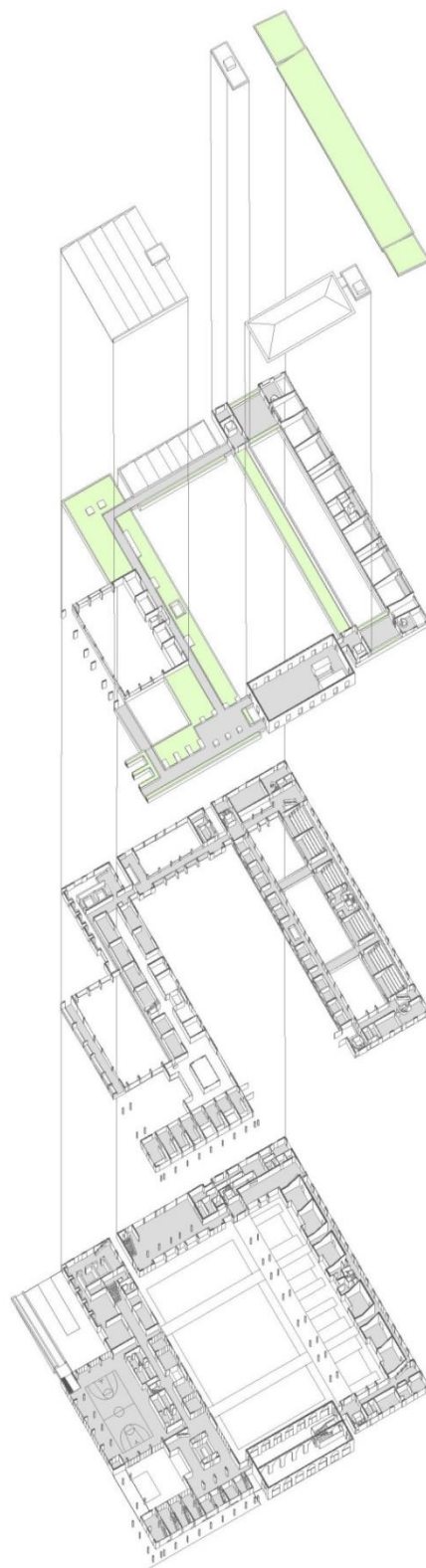


Figura 27 – Centro Comunitário; Axonometria Explodida

Capítulo V – Conclusão

Sendo uma das principais características da cidade a permanente mutação, reflexo do desejo constante de uma comunidade procurar continuamente construir melhores condições de vida, compreende-se que esta realidade seja passível de ser entendida como um organismo vivo.

Neste percurso de conquista de melhores condições de vida, inerente a todos os homens e comunidades, podemos observar que, sendo a segurança e a saúde os principais condicionantes do bem-estar, foram diversas, inúmeras e complexas as intervenções que visaram a salvaguarda e melhoria destas duas questões ao longo do tempo. Algumas das principais marcas do esforço empreendido pela busca de melhores condições de vida, e portanto de segurança e saúde, podem ser encontradas na cidade, nomeadamente, desde o momento da sua fundação, pois, constituíam as razões legitimadoras que levaram o Homem a intervir no seu meio envolvente e a transforma-lo.

Deste modo, o cuidado com questões afectas a segurança e à saúde no traçado, estruturação e construção da cidade, bem como dos edifícios que a constituem, é um aspecto permanentemente presente no acto de construir ao longo do tempo, que se entende devido à importância destes factores como condicionantes do bem-estar. As marcas presentes nas cidades que nos remetem à atenção e importância dada a estas duas questões (saúde e segurança) permitem-nos observar de que forma evoluíram os modos e as condições de vida, nomeadamente, os actuais, pois, a cidade, sendo arquivo de história, onde se sobrepõem e coexistem sucessivas gerações de homens que a constroem, permite-nos ler o modo como se chegou até ao momento presente, e compreender através do espaço, testemunhos e narrativas históricas que nos falam dos desafios enfrentados ao longo do tempo, bem como das soluções encontradas para fazer face a essas mesmas questões. Assim, a evolução das concepções de saúde e de segurança são possíveis de ser observadas nas cidades, e através delas, pois, aqui foram sucessivamente desenvolvidas e materializadas soluções para dar resposta aos permanentes desafios impostos.

Perante a crescente tendência de urbanização registada ao longo do último século em todo o mundo, os desafios colocados hoje às cidades são inúmeros, porém, uma das questões mais delicadas, e com maior expressão, prende-se com uma questão inédita no contexto histórico, que é o fenómeno associado recente envelhecimento da população.

Este fenómeno é o resultado de importantes conquistas em diversas áreas que constituem, deste modo, uma vitória na batalha por melhores condições de vida. Porém, esta nova realidade suscita às sociedades, e portanto, às cidades, desafios inéditos, que, dado o rápido ritmo de evolução deste fenómeno, tornam necessárias respostas céleres, praticamente imediatas, muitas vezes impossíveis devido à rigidez das estruturas sociais existentes, que se reflecte directamente nas estruturas urbanas, e que, condicionam alguns aspectos das actuais concepções de saúde e de segurança.

Apesar de uma das principais características da cidade ser o desfasamento entre a realidade existente e os desejos e necessidades presentes da comunidade, resultado de alta complexidade deste conjunto, faz parte do desejo humano a vontade de diminuir este desfasamento, pelo que, para que tal aconteça, e para que se possa continuar a construir melhores condições de vida, torna-se necessário tentar continuamente antever os desafios que são colocados à cidade no futuro, de forma a poder responder hoje, aos problemas de amanhã.

Perante o cenário de envelhecimento actual, e futuro, e atendendo a todas as circunstâncias que o caracterizam, o sentimento de necessidade de mudança é generalizado, devido às limitações que os actuais modelos sociais têm mostrado, devido à falta de flexibilidade demonstrada.

Sendo a cidade o reflexo de uma comunidade, por ela, e para ela construída, com o rápido desenvolvimento do envelhecimento da população também no contexto urbano se observam situações que denunciam este momento de impasse e de limitação em que actualmente vivemos, uma vez que é possível observar que muitas das actuais estruturas existentes (salvaguardando muitos casos de excepção), ou já não correspondem à realidade actual, tendo-se tornado obsoletas, ou evidenciam que foram construídas para um futuro que não veio a ser realidade, interrompido por uma abrupta mudança de curso. Este facto acentua o desejo generalizado de necessidade de mudança das estruturas sociais através da alteração do território e do edificado.

Esta será a realidade existente em muitas cidades, nomeadamente de muitas das antigas zonas industriais, onde, perante a nova centralidade devido ao crescimento dos limites das cidades, se encontram novas áreas, entretanto disponíveis devido à desindustrialização, e relativamente às quais se discute o qual a melhor forma de intervenção nestes locais.

É o caso da antiga zona industrial Alcântara, objecto de estudo deste trabalho, para onde, de acordo com a reflexão conduzida, e a partir do plano urbano desenvolvido pelo Arq. Manuel Fernandes de Sá, se procurou desenvolver uma nova solução de desenho da área de intervenção, no antigo complexo fabril ultimamente ocupado pela Sidul, propondo para este espaço um novo conjunto edificado, integrando espaço público, comércio, serviços, equipamentos, infra-estruturas e habitação, procurando desta forma, abrir este espaço à cidade, e cerzir a malha urbana existente, caracterizada pela sua fragmentação.

A proposta de construção de um centro comunitário é feita com o intuito de, ao abrir este espaço à cidade, e, portanto à comunidade, oferecer um novo espaço de acolhimento, não só aos habitantes locais, bem como de toda a cidade. Desta forma se procurou através deste trabalho, e perante a realidade existente, desenvolver uma solução que potencie o bom estado de saúde da cidade, procurando desenvolver na área de intervenção, uma solução que atenda às necessidades presentes, bem como criar lugar para a formulação de respostas a necessidades futuras através da adopção de soluções que apostam na flexibilidade.

Devido ao cuidado aspectos relativos às actuais concepções de saúde e de segurança, a proposta de construção de um centro comunitário deve-se à necessidade expressa de investir no reforço dos laços sociais e do diálogo intergeracional; na capacitação através da aprendizagem; na promoção de estilos de vida activos; e demais práticas que contribuam de forma activa para a melhoria das condições de vida da população, afinal, ideal primeiro que, como vimos, sustenta a construção da cidade.

Neste âmbito, e em síntese, a proposta do conjunto edificado, e nomeadamente, o projecto de um centro comunitário para a antiga zona industrial de Alcântara, é feita acreditando que esta proposta é um elemento de progressiva importância na forma de reorganizar este lugar, como elemento potenciador das mudanças necessárias para a flexibilização dos modelos sociais actuais, e da própria cidade, de forma a possibilitar a criação de novos modelos, mais sustentáveis, bem como de cidades, e ambientes, mais eficazes na conquista de melhorias das condições de vida da comunidade.

Capítulo VI – Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Carlos S.; OLIVEIRA, Cristina P.F. (2002) *Saúde e Doença: Significações e perspectivas em mudança*, Revista Millenium, N25; Disponível em WWW: <http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/635/1/Sa%C3%BAd%20e%20Doen%C3%A7a.pdf>
- BÁRTOLO (2005), *Breve História deste sítio entre o sólido, o líquido e o gasoso* in Arlúquio: Revista de Design da Universidade Lusíada de Lisboa, nº 1, p. 30 – 54 ; Fundação Minerva
- BANDEIRA, Mário Leston (2012); *Dinâmicas demográficas de envelhecimento da população portuguesa: evolução e perspectivas*; Fundação Francisco Manuel dos Santos; disponível em WWW: <http://www.ffms.pt/upload/docs/cf188adf-cdc8-496e-8fb8-8e89516aad00.pdf>
- BENEVOLO, Leonardo (1995); *A Cidade na História da Europa*; Editorial Presença
- CARVALHO, Jorge (2003) *Ordenar a Cidade*; Quarteto; 2003
- DGOTDU, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011) *Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano: A prevenção do crime através do espaço construído*
- FREITAS, Jordão de (1946); *Paço Real de Alcântara: sua localização – elementos para a sua história desde o domínio Filipino*; Lisboa: Império
- GASPAR, Jorge (2007); in SANTANA, Paula (2007); *A Cidade e a Saúde*; Edições Almedina
- GOITIA, Fernando Chueca (1982); *Breve História do Urbanismo*; Editorial Presença – 5ª Edição.
- HAROUEL, Jean-Louis (1985) *História do Urbanismo*, Papyrus - 4ª Edição
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2003); *Projeções de População Residente em Portugal 2000 – 2050*
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2012); *Censos 2011: Resultados Definitivos – Portugal*
- LYNCH; David (1960); *A Imagem da Cidade*; (V. Portuguesa); Edições 70, Lisboa
- MARQUES, Sibila (2011) *Descriminação na Terceira Idade*; FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos
- MESSONES, Javier (2007; in SANTANA, Paula (2007); *A Cidade e a Saúde*; Edições Almedina
- OMS, Organização Mundial de Saúde (2001) *Relatório Sobre a Saúde no Mundo – Saúde Mental: Nova Conceção, Nova Esperança*;
- OMS, Organização Mundial de Saúde (2009); *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*; Fundação Calouste Gulbenkian
- OMS, Organização Mundial de Saúde (2010); *World Urbanization Prospects: The 2011 Revision - Highlights and Advance Tables*; Department of Economic and Social affairs – Population Division

- OMS, Organização Mundial de Saúde (2011); *World Population Prospects: The 2010 Revision – Highlights and Advance Tables*; Department of Economic and Social affairs – Population Division
- PINHEIRO, M. (2006) *Ambiente e Construção Sustentável*, [PDF] IST / DE Civil, Instituto do Ambiente, Amadora
- ROSA, Maria João Valente (2012) *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*, FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos
- ROSSA, Walter (2007); in SANTANA, Paula (2007); *A Cidade e a Saúde*; Edições Almedina
- SCLAIR, Moacyr (2007) *História do Conceito de Saúde*; PHYSIS: Revista Saúde Colectiva, Rio de Janeiro, 17 (1): p. 29-41 disponível em WWW: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>
- SIMÕES, José Manuel (1989); *Saúde: o Território e as Desigualdades*; Tese de Doutoramento em Geografia Humana; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SIMÕES; (2007)
- SOUSA, Elza Maria; GRUNDY, Emily (2004) *Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: Inter-relações e perspectivas para a saúde pública* ; in *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro; 20(5), p.1354-1360. Disponível em WWW: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n5/30.pdf>
- UN, United Nations (1992) Reports of the United Nations Conference on Environment and Development, UN, Rio de Janeiro. Disponível em WWW: <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-3anex3.html>
- ZAMBRANO, L. (2008) *Integração dos princípios da Sustentabilidade ao Projecto de Arquitectura*; Tese de Doutoramento, UFR / FAU / PROAR, Rio de Janeiro.

Capítulo VII – Anexos

Anexo I – Peças Desenhadas

Lista de Peças Desenhadas

- 01.** Projecto Urbano: Análise da Zona de Intervenção e Proposta Urbana
- 02.** Projecto Urbano: Planta da Proposta
- 03.** Projecto Centro Comunitário: Planta de Cobertura
- 04.** Projecto Centro Comunitário: Planta Piso 00
- 05.** Projecto Centro Comunitário: Planta Piso 01
- 06.** Projecto Centro Comunitário: Planta Piso 02
- 07.** Projecto Centro Comunitário: Alçados Nascente, Poente, Norte e Sul
- 08.** Projecto Centro Comunitário: Cortes A, B, e C
- 09.** Projecto Centro Comunitário: Axonometria Programática Geral
- 10.** Projecto Centro Comunitário: Detalhe Construtivo